

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANTONIO ARILTO TIBURCIO

**UM ESTUDO SOBRE OS MICROS EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DA
REGIÃO DE CRICIÚMA SANTA CATARINA**

CRICIÚMA

2012

ANTONIO ARILTO TIBURCIO

**UM ESTUDO SOBRE OS MICROS EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DA
REGIÃO DE CRICIÚMA SANTA CATARINA**

Trabalho de conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de Bacharel no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Fabrício Machado Miguel

**CRICIÚMA
2012**

ANTONIO ARILTO TIBURCIO

**UM ESTUDO SOBRE OS MICROS EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DA
REGIÃO DE CRICIÚMA SANTA CATARINA**

Trabalho de conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: prof. Fabrício Machado Miguel

Criciúma, 9 de Julho de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Fabricio Machado Miguel - (UNESC) - Orientador.

Prof. Esp. Everton Perin - (UNESC)

Prof. Esp. Rafael Antunes - (UNESC)

**Dedico este trabalho em especial a minha
família que me apoiou e incentivou nesta
conquista importante em nossas vidas.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço Deus, por ter manifestado a sua graça e o seu amor na minha vida, estando presente em todos os momentos da minha caminhada dando-me orientação, sabedoria e capacitação além de muita paciência para concluir mais esta etapa tão importante em minha vida, me proporcionando forças para persistir em frente. Sou grato a minha família por ter me incentivando.

Agradeço também ao meu orientador, professor Fabrício Machado Miguel. Por sua dedicação nessa empreitada. E por fim, sou enormemente grato a todas as pessoas que concederam alguns minutos do seu tempo contribuindo para que esse trabalho se tornasse realidade. Obrigado!

“O empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a revolução industrial foi para o século XX”.

Jeffry Timmons, 1990.

RESUMO

TIBÚRCIO, Antonio Arilto. **Um Estudo Sobre os Micros Empreendedores Individuais da Região de Criciúma Santa Catarina**. 2012, 75 p. Orientador: Fabrício Machado Miguel. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Criciúma – SC.

Com a finalidade de compreender o movimento Microempreendedor Individual na região de Criciúma, buscou-se através deste estudo analisar os aspectos relevantes ao tema. Em 2008 foi instituída uma Lei para estimular o desenvolvimento dos pequenos empresários, devido a grande dificuldade encontrada para fazer com que o empreendimento tenha sucesso e se destaque, através da chamada Lei do Micro empreendedor Individual. Pode-se compreender que o governo está interessado em proporcionar ao pequeno empreendedor condição favorável a sua formalização e desta forma promovendo condições iguais para todos. Porém é sabido que ainda tem muito a ser feito para se ter um país com empresas fortalecidas e negócios promissores e assim alcançar os objetivos governamentais. A formalização dos pequenos empresários tem um impacto enorme na economia, além de promover a dignidade e a cidadania no país. Mas o sujeito que iniciou o seu negócio sem preocupação administrativa adequada, não tem conhecimento de negócio, está esboçando reação contrária. Ele quer crescer, porém é temeroso quanto ao futuro desta Lei, está preferindo continuar na informalidade a ter um CNPJ. O presente trabalho aborda aspecto relativo a o empreendedor, o problema da informalidade e a economia subterrânea. Foram utilizadas pesquisas bibliográficas, com o propósito de explanar os conhecimentos teóricos em relação ao empreendedorismo. Contribui com este estudo uma pesquisa feita com pessoas que estão desenvolvendo suas atividades como microempreendedor onde conclui-se que a grande maioria é formada por pessoas do sexo masculino, casadas, com vasta experiência na atividade em que exerce e trabalham em locais fixos. Entende-se que os objetivos propostos foram alcançados, mas é sabido que muito ainda deve ser feito para que os resultados esperado através da Lei do MEI sejam colhidos.

Palavras-Chave: Micro Empreendedor Individual. Informalidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Fluxograma do processo de registro do MEI.....	51
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: As principais causas que levam ao fechamento das empresas.....	30
Quadro 02: Porte das empresas no Brasil segundo faturamento.....	31
Quadro 03: Classificação das empresas segundo o número de funcionários.....	32
Quadro 04: Taxonomia da Economia Subterrânea	35
Quadro 05: Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Variação em porcentagem com base no ano 2011 e o 1º trimestre de 2012 de trabalhadores com carteira assinada pelas MPE e EPP em relação às outras empresas.....	29
Gráfico 02: Variação do número de empreendedores que aderiram ao programa do MEI	41
Gráfico 03: Sexo.....	53
Gráfico 04: Faixa etária dos microempreendedores individuais	54
Gráfico 05: Estado civil dos microempreendedores individuais.....	55
Gráfico 06: Grau de instrução dos microempreendedores individuais	56
Gráfico 07: Comparação do nível de instrução entre 1997 e 2003 apresentado pelo IBGE.....	57
Gráfico 08: Das opções abaixo, qual a que melhor define o seu trabalho atual?.....	58
Gráfico 09: Quanto tempo exerceu a atividade na informalidade?	59
Gráfico 10: Quanto tempo tem de experiência na atividade que exerce?	60
Gráfico 11: Atividade que exercerá como MEI é a mesma que exerce atualmente?	61
Gráfico 12: Qual será a forma de atuação?.....	61
Gráfico 13: Qual ramo de negócios você pretende desenvolver ou já desenvolve?	62
Gráfico 14: Da renda familiar.....	63
Gráfico 15: Você pretende investir no negócio?.....	64
Gráfico 16: Qual a origem do recurso?	65
Gráfico 17: Você pretende registrar um funcionário?	65
Gráfico 18: Em relação os direitos e deveres do MEI, quanto você conhece?	66
Gráfico 19: Com o negócio em funcionamento, que você faria com R\$ 15.000,00?.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Principais características dos empreendedores (por vários autores)	24
Tabela 02: Variação em porcentagem com base no ano 2011 e o 1º trimestre de 2012 de trabalhadores com carteira assinada pelas MPE e EPP	28
Tabela 03: Sexo	53
Tabela 04: Faixa etária dos microempreendedores individuais.....	54
Tabela 05: Estado civil dos microempreendedores individuais	55
Tabela 06: Grau de instrução dos microempreendedores individuais.....	56
Tabela 07: Das opções abaixo, qual a que melhor define o seu trabalho atual?	57
Tabela 08: Quanto tempo exerceu a atividade na informalidade	58
Tabela 09: Quanto tempo tem de experiência na atividade que exerce?.....	59
Tabela 10: Atividade que exercerá como MEI é a mesma que exerce atualmente? .	60
Tabela 11: Qual será a forma de atuação?	61
Tabela 12: Qual ramo de negócios você pretende desenvolver ou já desenvolve? ..	62
Tabela 13: Da renda familiar	63
Tabela 14: Você pretende investir no negócio?	63
Tabela 15: Qual a origem do recurso?	64
Tabela 16: Você pretende registrado um funcionário?	65
Tabela 17: Em relação os direitos e deveres do MEI, quanto você conhece?	66
Tabela 18: Com o negócio em funcionamento, que você faria com R\$ 15.000,00? .	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1 SM - Primeiro Samuel

AC - Antes de Cristo

Art. - Artigo

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

CAGE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CGSN - Comitê Gestor do Simples Nacional

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPF - Cadastro de Pessoa Física

DAS - Documento de Arrecadação do Simples Nacional

DF - Distrito Federal

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

EI - Empreendedor Individual

EPP - Empresa de Pequeno Porte

ETCO - Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial

G20 - Grupo dos 20

IBRE-FGV - Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN - Instrução Normativa

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IR - Imposto sobre a Renda

IRPJ - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica

ISS - Imposto Sobre Serviços

LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real

LC - Lei Complementar

ME - Micro Empresa

MEI - Microempreendedor Individual

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MPE - Média e Pequena Empresa

PA - Período de Apuração

PG - Página

PIB - Produto Interno Bruto

REGIN - Sistema de Registro Integrado

PGMEI - Programa Gerador do Documento de Arrecadação (DAS) para MEI

PJ - Pessoa Jurídica

RFB - Receita Federal do Brasil

SC - Santa Catarina

SE - Secretaria Executiva

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SIMEI - Microempreendedor Individual

SINDMEIJUR - Sindicato do Microempreendedor Individual – Jundiaí e região

TEA - Taxa de Empreendedorismo em Estágio Inicial

UF - Unidade da Federação

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Tema Problema.....	16
1.2 Objetivo da Pesquisa	18
1.3 Justificativa.....	18
1.4 Metodologia.....	19
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1 EMPREENDEDORISMO.....	21
2.1.1 O EMPREENDEDOR.....	23
2.2 ECONOMIA BRASILEIRA.....	27
2.2.1 Empresas brasileiras	29
2.2.2 Porte da empresa	31
2.2.3 Comércio brasileiro.....	32
2.3 ATIVIDADE DESENVOLVIDA NA INFORMALIDADE.....	33
2.3.1 Economia Subterrânea.....	34
2.4 HISTÓRIA DA TRIBUTAÇÃO	36
2.4.1 Tributação no Brasil.....	37
2.4.2 O Estado.....	38
2.4.3 Poder e competência para tributar	39
2.5 O GOVERNO E O MEI (Micro Empreendedor Individual)	39
2.5.1 Lei do Micro Empreendedor Individual	41
2.5.2 Micro Empreendedor Individual.....	42
2.5.3 Benefício do micro empreendedor individual.....	43
2.5.4 O empreendedor individual e a nota fiscal	46
2.5.5 Imposto de Renda Pessoa Física do MEI.....	47
2.5.6 Recolhimento de impostos.....	47
2.5.7 Tributos abrangidos pelo SIMEI.....	48
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	50
3.1 REGISTRO DE EMPRESA EM SANTA CATARINA.....	50
3.1.1 Pesquisa com Microempreendedores Individuais.....	52
3.2 RESULTADOS DA PESQUISA.....	53

3.2.1 SEXO	53
3.2.2 Faixa etária.....	54
3.2.3 Estado civil	55
3.2.4 Grau de instrução.....	56
3.2.5 Seu trabalho atual?	57
3.2.6 Quanto tempo exerceu a atividade na informalidade.....	58
3.2.7 Experiência na atividade?	59
3.2.8 Qual atividade que exercerá como MEI?.....	60
3.2.9 Qual será a forma de atuação?.....	61
3.2.10 Qual ramo de negócios você pretende?	62
3.2.11 Renda da familiar?	63
3.2.12 Investir no negócio.....	63
3.2.13 Origem do recurso.....	64
3.2.14 Pretende registrar um funcionário?.....	65
3.2.15 Direitos e deveres do MEI, quanto você conhece?	66
3.2.16 O que você faria com R\$ 15.000,00?.....	67
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICES.....	73

1. INTRODUÇÃO

O tema está focado na figura jurídica criada pela Lei Complementar 128, de 19 de Dezembro de 2008, em seu artigo 18-A, que regulamenta o artigo 966 da Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil), refere-se ao MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI.

A finalidade desta modalidade jurídica é formalizar de maneira desburocratizada os trabalhadores que estão na informalidade, dando condições para os pequenos empreendedores terem seus próprios CNPJ e dessa forma tornando-se empresa e com isso tendo a possibilidade de entrarem no mercado e serem competitivos. Também foram traçados objetivos gerais para esclarecer as formas como é a dinâmica deste programa.

A criação desta modalidade de empresa facilitou de forma bastante simples a criação do negócio e a forma como ele deve ser conduzido.

1.1 TEMA PROBLEMA

Muitas pessoas nutrem o sonho de terem seus próprios negócios, serem donas de suas próprias “vidas” e para alcançar seus objetivos, se aventuram nos negócios, sonho antigo, mas mesmo antes de decidir a atividade que vai exercer, se deparam com uma barreira quase intransponível, chamada: Carga Tributária.

Para tornar viável seu negócio a alternativa é trabalhar na informalidade, fugindo assim do controle do Estado para reduzir seus custos e, dessa forma obter um lucro maior, esta iniciativa tem trazido aos cofres públicos um problema, pois dessa forma impostos são deixados de serem recolhidos ao governo, e contribuição à previdência social também não é paga.

Baseado nesta realidade o governo, em 1º de Julho de 2009, auxiliado pela Lei Complementar 128, de 19 de Dezembro de 2008, artigo 18-A, que regulamenta o artigo 966 da Lei 10.406 de Janeiro de 2002 (conforme o Código

Civil), coloca em prática um projeto voltado para os trabalhadores que se encontram inseridos nesta situação, denominado de Microempreendedor Individual (MEI), com o intuito de facilitar o ingresso deles à formalidade. Cabe aqui ilustrar que o MEI é uma modalidade de empresa para trabalhadores que como já citado estão na informalidade, e que tenham auferido receita bruta, de até R\$ 60.000,00 no ano de 2012. Pode-se dizer que foi uma atitude louvável por parte do governo, pois realmente a forma de inclusão e os valores dos tributos cobrados têm sido muito atraentes para quem tem faturamento de até, R\$ 5.000,00 ao mês. Reitera-se que o governo tem criado incentivos de várias formas, visando despertar o interesse daquele que ainda insiste em permanecer fora do alcance do sistema.

Entre as facilidades criadas para a adesão ao programa está, a de terem a disposição um contador para orientá-lo gratuitamente até a formalização definitiva, e após estar com a empresa constituída, não tem mais a necessidade do profissional da contabilidade, podendo desta forma conduzir seu negócio sozinho e tranquilo. Asseveram-se ainda os atrativos diversos, como os micros financiamentos a juros baixos, constantemente divulgado na mídia ou até com juros zero. A obtenção do CNPJ de forma facilitada representa para muitos deles um caminho mais brando ao crédito tão importante, e tão difícil de obter nesses dias intrincados. Esta atitude é muito perigosa e está fazendo com que muitos indivíduos despercebidos constituem para si uma empresa, focado nas facilidades que está o propõe em curto prazo, sem perceber que estão acarretando um compromisso muito grande e que em algum momento terão que prestar conta ao fisco, ressalta-se que isto tem acontecido porque apesar de terem a sua disposição algumas entidades que estão dispostas a instruí-los, não estão buscando a ajuda necessária para administrar o negócio de forma coerente. Alguns simplesmente abandonam tudo sem se preocupar com o que pode acarretar para si. De fato é um grande erro, não levar em consideração o custo que esta atitude representar, isto é grave, pois alguns destes empreendedores não estão honrando as obrigações e agem como se nada estivesse acontecendo. Quando ele desacredita na sua atividade simplesmente migra para outros afazeres abandonando o negócio deixando tudo de lado. Assim chega-se a uma indagação: Qual o perfil da pessoa que anseia ser um micro empreendedor na cidade de Criciúma – SC?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste trabalho é conhecer o perfil do sujeito que anseia ser um micro empreendedor na cidade de Criciúma – SC.

Sendo que os objetivos específicos são:

- Evidenciar os aspectos operacionais em relação ao micro empreendedor individual;
- Apresentar as etapas da constituição do microempreendedor individual;
- Demonstrar as vantagens do MEI;
- Investigar por meio de pesquisa o perfil do micro empreendedor individual.

1.3 JUSTIFICATIVA

Pretende-se nesse trabalho demonstrar que a aparente facilidade apresentada pelo sistema (governo) em relação ao Microempreendedor Individual (MEI), para os brasileiros que estão exercendo suas atividades na informalidade se legalizarem e desenvolverem suas atividades legalmente pode se tornar uma armadilha para alguns destes aventureiros desavisados.

É preciso um pouco de coragem e conhecimento para tomar a decisão de ser um micro empreendedor, conforme a nova figura jurídica criada pela Lei 128, de 19 de setembro de 2008, em seu Art. 18-A, que regulamenta o Artigo 966 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (conforme o código Civil) onde trata do Micro empreendedor Individual (MEI). Sendo baseado na modalidade Tributária estruturada pelo SIMEI, esta Lei oportuniza a o trabalhador autônomo e informal a possibilidade de ser um empresário, isto é, sair da informalidade e trabalhar legalmente, e com baixo custo em relação à tributação e as demais obrigações sociais e trabalhistas que uma empresa normal está enquadrada.

A justificativa para este trabalho é a importância de conhecer o grau de instrução do trabalhador em relação à atividade que pretende desenvolver através desta modalidade de empresa em relação ao conhecimento de suas atribuições como empresário, seus direitos e deveres para com o Fisco, pois é sabido que ao constituir uma empresa ela passa a ter vida jurídica, e como tal, têm-se a obrigação de mantê-la em dia com suas obrigações conforme a lei mencionada.

1.4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos aqui apresentados servirão para o desenvolvimento deste trabalho. Conforme Vianna (2001, p, 95) “a metodologia pode ser entendida como ciência e a arte de como desencadear ações de forma a atingir os objetivos propostos para ações que devem ser definidas com pertinência, objetividade e fidedignidade”.

A metodologia seguida para o desenvolvimento deste estudo quanto aos objetivos foi de uma pesquisa exploratória. Segundo Oliveira (1999, p, 135) “a pesquisa exploratória possibilita localizar pessoas informadas, semi-informadas, ou desenformadas a respeito do assunto que esta sendo objeto de pesquisa”.

A pesquisa utilizada na concepção deste trabalho tem o desígnio de:

- Oferecer maiores informações a respeito do assunto analisando;
- Delimitar de forma facilitada o tema de pesquisa do ponto de vista de quem investiga;
- Identificar a probabilidade de surgirem novos aspectos diferentes ao que se tem conhecimento sobre o assunto.

Realizou-se um levantamento das opiniões coletadas através de entrevista feita por pesquisa descritiva aplicada a empreendedores para conhecer o quanto dominam desta modalidade de empresa.

Este trabalho também está norteado por pesquisa bibliográfica no que tange aos procedimentos adotados na elaboração do mesmo. Foram utilizados no estudo livros, e sítios da internet. Oliveira (1999, p. 119) diz que “a pesquisa

bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica sobre determinado assunto ou fenômeno”. Entretanto será a pesquisa bibliográfica a maior auxiliadora na elaboração deste trabalho, de forma que a ajuda substancial vem dos sítios eletrônicos do sistema federal.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão expostos os temas relacionados ao estudo em questão, embasando teoricamente nos intentos firmados. Serão abordados conceitos sobre o empreendedorismo, a atividade do empreendedor, e por fim a Lei do Microempreendedor Individual.

As considerações sobre o empreendedor e empreendedorismo já são antigas no mundo dos negócios. Foram usados há bastante tempo e de diferentes formas e, atualmente, tornaram-se um contexto corriqueiro no meio acadêmico e empresarial. O conceito "Empreendedorismo" foi popularizado pelo economista Joseph Schumpeter em 1950. Dentro desse contexto, buscou-se conhecer os conceitos envolvidos no estudo.

2.1 EMPREENDEDORISMO

O Brasil é o décimo país com o maior número de pessoas que abrem negócios no mundo. Segundo o SEBRAE são cerca de 13,7 milhões de empreendedores iniciais (que estão em fase de implantação do negócio ou que já o mantêm por até 42 meses). Eles correspondem a 11,65% da população adulta de 118 milhões de brasileiros com 18 a 64 anos de idade.

Uma pesquisa feita a nível global pela Entrepreneurship Monitor, GEM, em mais de 80 países concluiu que um dos pontos cruciais deste estudo, considerado o maior voltado para empreendedores no mundo, é a taxa de empreendedorismo em estágio inicial, TEA, que leva em consideração o número de pessoas entre 18 e 64 anos responsáveis por novos negócios,

No Brasil em 2010, a TEA representou 17,5%, foi a mais alta desde o início do estudo no país. Isto quer dizer que 21,1 milhões de brasileiros eram empreendedores.

Por outro lado, em 2003 a informalidade que em muitas vezes estes empreendedores desenvolvem seus negócios, representava 21% do PIB. Este valor é muito elevado em consideração os parâmetros da média internacional.

Com o MEI, este indicador está recuando, mas ainda está longe de alcançar a média internacional que é de 10% do PIB. Dados do IBGE indicam que em 2009 o Brasil tinha 4.846.639 empresas formalizadas.

Conforme Dornelas (2001, p. 25) “o movimento do empreendedorismo no Brasil começou tomar forma na década de 1990, quando entidades como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)” e também a Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) foram criadas antes disso pouco se falava em empreendedorismo e de pequenas empresas, pois não tinha incentivo para a pequena empresa iniciar seus negócios. O autor ainda diz que os ambientes político e econômico do país não eram propícios, e o empreendedor não encontrava informações para auxiliá-lo na jornada empreendedora.

O Brasil nos anos 90 ainda carecia de estrutura para o surgimento de pequenos negócios fortalecidos, a partir daí muitas ações e programas por parte do governo nesta época foram iniciados com o objetivo de facilitar o surgimento do empreendedorismo e consequentemente o tempo de vida das pequenas empresas seria aumentado.

O empreendedorismo foi difundido no Brasil devido,

A preocupação com a criação de pequenas empresas duradoras e a necessidade da diminuição das altas taxas de mortalidade desses empreendimentos são, sem dúvida, o motivo para a popularidade do termo empreendedorismo que tem recebido especial atenção por parte do governo e de entidades de classe. Isto porque nos últimos anos, após varias tentativas de estabilização da economia e da imposição adivinha do fenômeno da globalização, muitas grandes empresas brasileiras tiveram que procurar alternativas para aumentar a competitividade, reduzir os custos e manter-se no mercado (DORNELAS, JOSÉ CARLOS ASSIS, 2001 p. 15).

Empreendedorismo tem um valor muito grande no tocante ao desenvolvimento de uma sociedade, ele é agente de mudança tornado a economia diversificada, mais forte, sadia e estruturada, pois a maioria dos negócios concebidos no país é fruto de pequenos empreendedores empresários que com a experiência adquirida ao longo dos anos decidem por iniciar seu próprio negócio.

Pera Salim (2004, p. 1) “uma vez tomada a decisão e vislumbrada a oportunidade, arregaçam-se as mangas e elabora-se um plano de negócio, que

funcionará como um verdadeiro “plano de voo” da empresa que se inicia”. Está decisão geralmente surge ao reconhecer as oportunidades que vão aparecendo ao longo dos anos.

Salim (2004) argumenta ainda que a ideia de ter seu próprio negócio se torna mais forte quando o sujeito acredita que terá uma melhor condição de vida.

o “vírus” do empreendedorismo começa a atuar quando a pessoa pensa em como seria a sua vida a partir da perspectiva de ter poder de decidir os caminhos por onde o negócio que será conduzido deve seguir, quando se almeja a autonomia que a gestão do próprio negócio traz. Entretanto, muitos empreendedores desejam coisas diferentes do seu empreendimento. Alguns desejam montar negócio de enorme sucesso que os faça ficar ricos, outros querem que seu negócio permita uma vida diferente, com mais autonomia e prazer. (SALIM ET al 2004, p. 2)

A vontade de mudar e decidir o caminho a tomar, aproveitar o entusiasmo do momento faz com que o empreendedor tome uma decisão. Quando esta atitude é fruto de um planejamento bem elaborado mensurando todos os possíveis erros tem-se uma grande possibilidade de alcançar o tão sonhado sucesso.

2.1.1 O empreendedor

O empreendedor é um sujeito que tem um elevado poder de percepção e controle acima do que é verificado na população em geral. Segundo Chiavenato (2005 p. 3) “ele não é somente um fundador de novas empresas ou o construtor de novos negócios. Ele é a energia da economia, a alavanca de recursos, o impulso de talentos, a dinâmica de ideias” o empreendedor é alguém com características especiais, que move a economia. Corre risco, porém tem noção do que pretende alcançar, sabe delegar quando necessário, dotado de uma percepção aguçada, não tem medo de errar.

Conforme Dornelas (2008) Sempre foi questionado quais as características do empreendedor, porém estudiosos do tema ao longo dos anos identificaram diversas características marcantes, as quais estão listadas na tabela 01 na ordem conforme o autor correspondente.

Tabela 01: Principais características dos empreendedores (por vários autores).

Ano	Autor	Principais características empreendedoras encontradas
1848	Mill	Assumir riscos
1917	weber	Autoridade formal
1934	Schumpeter	Inovação, iniciativa
1954	Sutton	Desejo de responsabilidade
1959	Hartman	Autoridade formal
1961	McClelland	Assumir riscos, necessidade de realização, otimismo, relacionamento (afiliação), poder, autoconsciência
1963	Davids	Ambição, desejo de independência, responsabilidade, autoconfiança
1964	Pickle	foco, relacionamento, habilidade de comunicação, conhecimento técnico
1969	Gould	Percepção de oportunidade, motivado pela realização
1969	Wainer & Rubin	Realização, poder e afiliação
1970	Collins & Moore	Satisfação e prazer pelo que faz
1970	Hornaday & Bunker	Necessidade de realização, inteligência, criatividade, iniciativa, liderança, desejo de ganhar dinheiro, desejo de reconhecimento, orientado, poder.
1971	Palmer	Mensuração do risco
1971	Hornaday & Aboud	Necessidade de realização, autonomia/independência, familiar, agressividade, poder, reconhecimento, inovação independência
1972	Howell	Influência (modelo de referência)
1973	Winter	Necessidade de poder
1974	Borland	Autocontrole
1974	Liles	Necessidade de realização
1977	Gasse	Orientado a valores pessoais
1978	Timmons	Foco/centrado, autoconfiança, orientado a meta, risco calculado, autocontrole, criatividade, inovação
1979	DeCarlo & Lyons	Realização, indepdência e liderança
1980	Brockhaus	Propensão a assumir risco
1980	Hull, Bosley & Udell	Interesse em fama e dinheiro, autocontrole, propensão a assumir riscos, criatividade, realização
1980	Sexton	Energia/ambição, reação positiva ao fracasso (superação)
1981	Hirich & O'Brien	Autodisciplina, perseverança, desejo de sucesso, orientado pela ação, orientado a metas
1981	Mescon & Montanari	Realização, autonomia, dominância, controle, organização
1981	Welsch & White	Necessidade de controlar, busca por responsabilidade, autoconfiança, assume desafios, risco calculado
1982	Dunkelberg & Cooper	Orientado ao crescimento, senso de independência, especialização
1982	Welsch & Young	Autocontrole, maquiavelismo, autoestima, assume riscos, aberto a inovação, otimismo

Fonte: DORNELAS, José Carlos A. Empreendedorismo Corporativo, 2008.

O empreendedor move a economia, cria oportunidades, aproveita a ocasião. Segundo Dornelas (2001, p. 37) “o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ele assumindo riscos calculados”. Para o autor o empreendedor é um sujeito inovador criativo com uma desenvoltura muito grande para estabelecer e alcançar objetivos. Ele conclui sua concepção com base também em conceito de outros pensadores.

O espírito empreendedor se faz presente na vida de indivíduos que por seu esforço buscam aumentar sua renda por meio do seu próprio negócio, através oportunidades que despontam em seu redor ou uma necessidade própria, e também daquele que exibe atributo empreendedor na empresa em que trabalha desenvolvendo papel fundamental no comportamento dos colegas, galgando destaque na e para a organização.

Segundo Birly e Muzyka (2001) os empreendedores desenvolvem as empresas com entusiasmo e liderança tomando decisões no momento oportuno estimulando as pessoas a seguirem em frente criando relações equilibradas com a equipe de trabalho.

Os empreendedores podem gerar um entusiasmo contagiante em uma organização. Eles transmitem um senso de propósito e determinação. Desta forma, convencem os outros de que estão aonde as coisas acontecem. O que quer que isto seja – capacidade de sedução, habilidade política ou carisma –, os empreendedores sabem como liderar uma organização e dar o impulso. E o que é mais importante, os empreendedores são a força motriz da economia de qualquer país; eles representam a riqueza de uma nação e seu potencial para gerar empregos. (SUE BIRLY E DANIEL F. MUZYKA, 2001, p. 4)

Visto assim o empreendedor é alguém muito entusiasta que tem poder de movimentar de forma especial as organizações e as equipes demonstrando características inovadoras, liderança, criatividade e autoestima acreditando que suas ações podem gerar consequências revolucionárias no meio em que vive. Esta característica muitas vezes já aflora cedo no indivíduo empreendedor por natureza.

Para Bernardi (2003, p. 65) “o empreendedor nato desde cedo, por motivos próprios ou influências familiares, demonstra traços de personalidade comuns do empreendedor”. O autor frisa ainda que tal vocação tem relação também com o tipo de desenvolvimento familiar, incluindo valores, a escola e também percepção de negócio.

A característica empreendedora que geralmente parece nata do sujeito pode também ser adquirida ao longo dos anos.

Para Bernardi (2003) o sujeito pode com a experiência desenvolver técnicas e percepção de negócio que antes não conhecia más a medida que tem conhecimento do assunto surge a percepção das coisas ao redor a ponto de reconhecer uma oportunidade.

Há um mito de que não é possível desenvolver o empreendedorismo; deve-se nascer empreendedor. Isto não é verdadeiro, tomando-se por base uma análise mais criteriosa dos vários empreendimentos existentes, independentemente de sua etapa evolutiva. Existem várias circunstâncias que dão origem a um empreendimento e ao surgimento do empreendedor, que podem ou não se relacionar aos traços de personalidade. (BERNARDI 2003, p. 63)

A motivação que leva o sujeito a empreender pode ter várias razões como a manifestação da liberdade, auto realização, fuga da rotina profissional, ganhar mais, desenvolver uma nova ideia, torna-se independente, decidir o caminho a tomar, aproveitar o entusiasmo do momento faz com que aflore empreendedorismo característico de quem quer ser vencedor.

Na animação dessa motivação muitos “empreendedores de momento” tomam decisões sem um estudo prévio sério, sem plano de negócio. Está atitude tomada de qualquer forma geralmente não tem sustentabilidade e o resultado esperado e prematuramente e anulado, com isso o empreendimento tende a não ter sucesso, segundo Bernardi (2003, p. 69) os “novos empreendimentos, em geral, são vulnerável e sujeitos a muitas restrições e, por isso, a prudência e cautela devem ser redobradas desde o início ao fim do processo” levando em consideração as reais possibilidade de acerto.

É preciso ter conhecimento do momento adequado e tomar a partir daí o caminho para o sucesso através de uma grande oportunidade.

Não existe um modelo pronto de oportunidade, muitas vezes ela está ao nosso redor e não percebemos.

As oportunidades em si constituem algo que existe no papel ou como ideia. as oportunidades realizadas são aquelas que alguém transformou em negócio lucrativo e operantes. a oportunidade, em termos práticos, pode portanto ser definidas com um conceito negocial que, transformado em um produto ou serviço tangível oferecido por uma empresa, resultará em lucro financeiro. (BIRLEY E MUZUKA, 2001, p. 22).

Para interpretar o que é oportunidade deve-se levar em consideração que ela não é igual para todos, Salim et al (2004) diz que para alguns, o fato de a

economia oscilar pode ser uma grande oportunidade de negócio, para outros acende uma “luz amarela” e já é hora de rever os planos para o futuro.

O certo é que não existe uma fórmula pronta para o sucesso do empreendimento, por isso, aquele que quiser se aventurar e empreender tem que levar o assunto a sério.

Empreender em um negócio é o sonho de muita gente, e para estes uma única oportunidade será suficiente para entrar de cabeça no negócio, Salim et al (2004, p. 19), enfatizam que “um fator primordial para se iniciar um negócio é identificar uma oportunidade a explorar”, mas tem outros fatores para ser levado em consideração. É preciso identificar-se com a ideia e a oportunidade do negócio, mas não é só isso, é preciso estar certo de que é isso mesmo que está querendo para a sua vida, se está pronto para enfrentar uma jornada árdua, e se todas as possibilidades foram mensuradas.

Você está disposto a largar o emprego atual para encarar o desafio, mesmo sabendo que pode ficar anos sem receber uma remuneração compatível com a que recebia antes os mesmos benefícios e regalias? Esta é a oportunidade de sua vida? Você se vê trabalhando nesse ramo de negócio e explorando essa oportunidade daqui a cinco, dez, ou quinze anos? Sua família o apóia nesta iniciativa? Você está disposto a se desfazer de bens pessoais para investir nessa ideia? Você conhece pessoas que fizeram algo semelhante e já foi conversar com elas a respeito? (DORNELAS 2001, p. 63).

São muitas as arestas para serem observadas neste processo para ter sucesso e consequentemente à tão desejada felicidade de empreender certo. Sem as devidas precauções tomadas é provável que não alcance o êxito desejado e estará fadado a ser mais uma empresa que não sobreviveu aos percalços diários.

2.2 ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira conforme estudo apresentado pelo SEBRAE-SP e formada por um número bastante expressivo de micro e pequenos negócios alcançando um total de 98% da quantidade de empresas registradas em nosso país, ficando as grandes e as médias empresas com uma porcentagem bem pequena no universo das empresas no Brasil, mas com uma participação muito grande no PIB. As pequenas empresas por outro lado são responsáveis por muitas vagas de

empregos. Elas respondem por 71,5% das vagas formais em 2012, criaram 203.152 vagas de trabalho nos dois primeiros meses deste ano. De cada quatro trabalhadores contratados no período, três tiveram a carteira assinada por uma companhia denominada de micro ou de pequeno porte.

A participação das MPE's na geração de emprego está sendo maior neste ano do que no ano passado. Em igual período do ano passado, elas responderam por 66% das vagas. Os números constam da análise feita pelo SEBRAE a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho. Somente em fevereiro as micros e pequenas empresas empregaram cerca de 107 mil trabalhadores com as carteiras assinadas. Mais da metade dessas vagas de fevereiro estão no setor de serviços. O destaque foi para as áreas de ensino e serviços de comércio e de administração de imóveis. Mas também tiveram importância as empresas do setor de alimentação.

Gerando uma economia diversificada, muitas destas empresas são responsáveis por abastecer as grandes fábricas, servindo os grandes conglomerados com todos os tipos de serviços que se possam imaginar. Outro ponto importante para se frisar é o fato que em qualquer lugar é possível estabelecer uma pequena empresa, gerando serviço e renda em lugares os mais remotos que se possa imaginar. "Elas representam 98% de todas as empresas do país, são responsáveis por quase 15 milhões de empregos com carteiras assinada e respondem por 20% do Produto Interno Bruto Nacional (PIB), de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

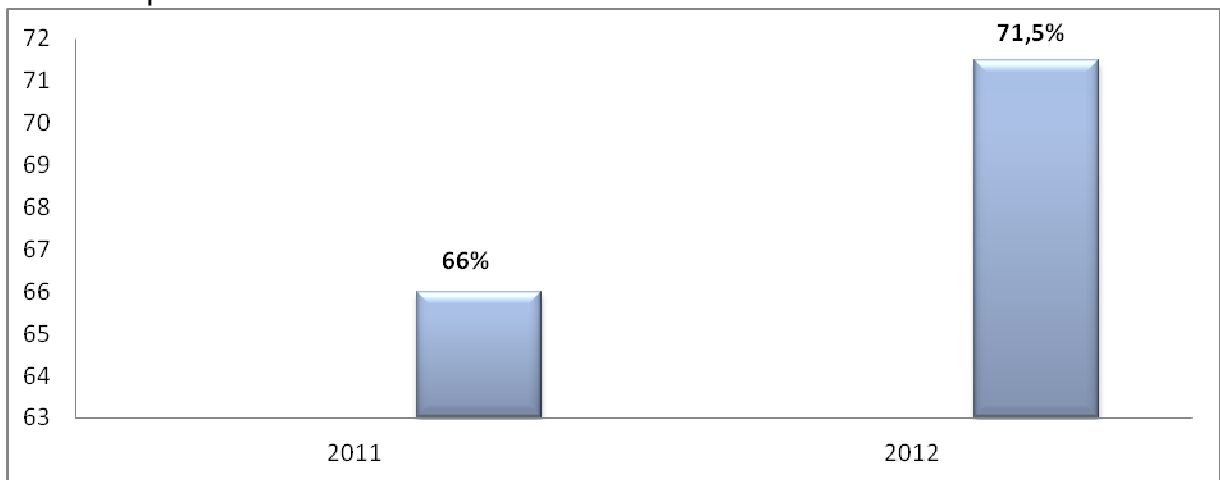
A pequena empresa como é do conhecimento tem sido um propulsor na absorção da mão-de-obra brasileira, empregando muita gente na atualidade, outro fato importante para se entender é que estas pequenas empresas pouco necessitam de mão-de-obra especializada.

Tabela 02: Variação em porcentagem com base no ano 2011 e o 1º trimestre de 2012 de trabalhadores com carteira assinada pelas MPE e EPP.

ANOS	MPE e EPP	OUTRAS	TOTAL
2011	66%	34%	100%
2012	71,50%	28,50%	100%

Fonte: Elaborada pelo Autor

Gráfico 01: Variação em porcentagem com base no ano 2011 e o 1º trimestre de 2012 de trabalhadores com carteira assinada pelas MPE e EPP em relação às outras empresas



Fonte: Elaborado pelo Autor

O gráfico 01, demonstra que houve um acréscimo muito grande na oferta de emprego neste início de 2012 pelas pequenas empresas, aumentando grandemente a participação delas na economia do país fazendo jus ao espaço que vem conquistando nos últimos tempos.

2.2.1 Empresas Brasileiras

O Brasil tem se declarado nesta última década que é um país empreendedor. Pesquisas indicam que realmente o crescimento do número de novas empresas tem aumentado, porém,

há muito a fazer no Brasil para realmente liberalizar a economia e aproveitar todos os benefícios do processo de destruição criativa. Um exemplo é reduzir a carga fiscal que superou, em 1996, os 30 por cento do Produto Interno Bruto e continuou a crescer de ano em ano, chegando a 37 por cento em 2007. O problema se agrava se considerarmos que o Estado devolve pouco para a sociedade em obras de infraestrutura e serviços sociais. A carga tributária somada a outros custos decorrentes da infraestrutura deficiente forma o chamado custo Brasil, que onera os produtos brasileiros, fazendo-os perder competitividade no mercado. (DEGEN, 2009, p. 6).

Ainda têm muito do que ser feito para que as empresas possam “nascerem, crescerem e serem fortes”, pois precisa de uma política de igualdade

bem estruturada no país, devido à taxa de mortalidade das empresas serem ainda alta. Claro que não é só culpa da política do país, temos também o fato de empreendedores que decidem iniciar um negócio sem conhecimento de “causa”, aliada à ineficiência de uma política governamental torna-se o fator decisivo para o empreendimento não dar certo conforme o quadro que mostra os principais motivos que levam a empresa a não ter “futuro”.

Quadro 01: As principais causas que levam ao fechamento das empresas.

As principais causas que levam ao fechamento das empresas	
Empreendedor	Comportamento empreendedor pouco desenvolvido
	Falta de planejamento prévio
	Gestão deficiente de negócio
	Problemas pessoais dos proprietários
Governo	Insuficiência de política de apoio
	Flutuações na conjuntura e econômica

Fonte: SEBRAE adaptada pelo autor

Para Dornelas (2008) o Brasil é gerador de empreendedores por necessidade o que pode ser um fato preocupante. Segundo ele, o empreendedorismo por necessidade não é baseado na identificação de oportunidade de negócio e na busca da inovação visando a criação de negócios diferenciados, mas sim no suprimento das necessidades básicas de renda daquele que empreende, mantendo a si e a sua família. São negócios, em sua maioria, informais, focados no momento presente, sem planejamento, sem visão de futuro, sem a identificação de oportunidades, sem o comprometimento com o crescimento e com o desenvolvimento econômico (DORNELAS, 2008). São negócios que estão fadados a não ter o sucesso almejado.

2.2.2 Porte das empresas

No Brasil define-se o tamanho das empresas pelo faturamento anual, conforme exposto no quadro de Porte das Empresas no Brasil Segundo Faturamento, adotado pelo BNDES e aplicável a todos os setores.

E também com base no número de funcionários conforme o SEBRAE-SP.

Quadro 02: Porte das empresas no Brasil segundo faturamento.

PORTE	RECEITA OPERACIONAL BRUTA
MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI	MENOR OU IGUAL A R\$ 60 MIL
MICROEMPRESA - ME	MENOR OU IGUAL A R\$ 360.000,00 MIL
PEQUENA EMPRESA - EPP	MAIOR QUE R\$ 360.000,00 MIL E MENOR OU IGUAL A 3.600.000,00 MILHÕES
MÉDIO EMPRESA	MAIOR QUE 16 MILHÕES E MENOR OU IGUAL A R\$ 90 MILHÕES
MÉDIO GRANDE EMPRESA	MAIOR QUE 90 MILHÕES E MENOR OU IGUAL A R\$ 300 MILHÕES
GRANDE EMPRESA	MAIOR QUE R\$ 300 MILHÕES

Fonte: Adaptada BNDES

Além do faturamento, o número de funcionários também difere bastante nas empresas brasileiras, encontrando-se com as seguintes proporções conforme o próximo quadro da Classificação das Empresas segundo o número de funcionários com base no SEBRAE-SP, 2010.

O MEI tem o custo fixo em relação aos impostos e a contribuição previdenciária do próprio titular, porém pode contratar um funcionário, e neste caso contribuirá para a previdência com 3% do salário do funcionário, e está limitado ao faturamento mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no ano base 2012. Já o Simples Nacional tem o custo variável em relação aos impostos obedecendo a diferentes alíquotas conforme a faixa de faturamento, podendo contratar mais de um funcionários.

Quadro 03: Classificação das empresas segundo o número de funcionários.

PORTE	EMPREGADOS
MICROEMPRESA	NO COMÉRCIO E SERVIÇOS ATÉ 09 FUNCIONÁRIOS NA INDÚSTRIA ATÉ 19 FUNCIONÁRIOS
EMPRESA DE PEQUENO PORTE	NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE 10 A 49 FUNCIONÁRIOS NA INDÚSTRIA DE 20 A 99 FUNCIONÁRIOS
EMPRESA DE MÉDIO PORTE	NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE 50 A 99 FUNCIONÁRIOS NA INDÚSTRIA DE 100 A 499 FUNCIONÁRIOS
EMPRESA DE GRANDE PORTE	NO COMÉRCIO E SERVIÇOS MAIS DE 99 FUNCIONÁRIOS NA INDÚSTRIA MAIS DE 499 FUNCIONÁRIOS

Fonte: Adaptado SEBRAE/SP, 2010.

Destaque-se as Micros e Pequenas Empresas. Elas apresentam muitas vantagens em comparação às grandes empresas, pois, além de terem uma aproximação maior de seu público (funcionários, fornecedores, clientes), também conseguem manter melhor relacionamento em condição especial. Já para grandes empresas esta condição é complexa.

2.2.3 Comércio brasileiro

A economia brasileira tem um mercado livre e exportador, o PIB está próximo de 2,5 trilhões de dólares e o poder de compra do brasileiro tem cada vez mais aumentado, já é a sétima economia no mundo, e a segunda maior do continente americano, a frente só os Estados Unidos. O Brasil foi a nação que mais se destacou em competitividade em 2009 e é membro de diversas organizações econômicas, como o G8+5, Mercosul, a UNASUL, o Grupo de Cairns e o G20.

O Brasil foi o País que mais aperfeiçoou em competitividade no ano de 2009, conforme o Fórum Econômico Mundial. Desde o final do século XX, o desenvolvimento do setor privado foi estimulado pela liberalização e abertura da

economia, o que fez com que Brasil ganhasse oito posições no ano que passou, e ultrapassar a Rússia pela primeira vez. O desenvolvimento dos setores econômico e social botou o país em uma posição de evidência internacional.

A abertura de novas empresas está dando um impulso muito forte à economia brasileira junto a novas descobertas, seja na área tecnológica como na medicina tem dado destaque ao desenvolvimento do país fortalecendo a credibilidade entre as nações de economia forte. (www.brasil.gov.br)

2.3 ATIVIDADE DESENVOLVIDA NA INFORMALIDADE

A atividade exercida de maneira informal em nosso país, segundo Soares (2008); vêm já há muito tempo, desde então tem sido a alternativa mais barata encontrada por muita gente para administrar o seu negócio e poder ter a renda mais abastada, ou seja, o lucro melhorado ou o salário melhor remunerado, isso ocorre em uma negociação entre o patrão e o empregado, onde parte dos encargos que não é pago a previdência social é adicionado ao salário do empregado dando a ideia de um salário melhor renumerado.

Esta prática é antiga, ou seja, vem desde a formação do Estado, e não apenas “nós” brasileiros que temos este hábito, outros países também tem este problema. No Brasil foi na década de 70, que o problema incorporou, tomou forma e adquiriu força com a diminuição das atividades econômicas, pois o alto custo dos encargos trabalhistas e o surgimento da tecnologia, fecharam muitas empresas e fizeram com que os operários aderissem à informalidade.

O crescimento das atividades informais deve-se ao conjunto de dois fatores: Desaceleração da atividade econômica, em meados da década de 1970, e elevação do padrão Tecnológico e dos custos do trabalho, que se deu em função da rigidez de salário e dos altos encargos sociais. Para fugir dos encargos trabalhistas e da alta carga tributária necessária para nutrir o Estado Keynesiano, a informalidade apresentou-se como o caminho capaz de assegurar acúmulo de capital a uma parte dos empreendedores urbano. Para frear, ou até mesmo fazer regredir o setor informal os teóricos da nova visão da informalidade propõem a redução da carga tributária e dos gastos com os trabalhadores (flexibilização das leis trabalhistas). Esta “proposta tem sido levada a frente pelo “governo dos trabalhadores” no Brasil. (SOARES, 2008, p. 91)”.

Portanto, este comportamento já vem de longa data e tem causado grande prejuízo aos cofres do governo. Pois sem controle de quantos esta atividade gera de economia torna difícil para os órgãos competentes encontrarem base numérica confiável para constituir análises econômicas.

2.3.1 Economia Subterrânea

A economia gerada na informalidade é chamada de economia subterrânea, essa economia é oriunda do trabalho informal, do serviço não declarado do não recolhimento dos impostos, do comércio feito às escuras, dificultando o controle do Estado sobre ela, o governo não tem conhecimento exato do quanto gira em valores, sabe-se que em geral circula mais “dinheiro vivo” e a mensuração desta economia é difícil por não se ter números claros. (www.etco.org.br).

Não há uma definição em concreto para economia subterrânea, mas a expressão, desde logo, induz a algo que não é visível ou que está escondido. Podem considerar-se atividades de economia subterrânea aquelas que não fazem parte do aparelho legal e nacional de classificação das ocupações, sendo que, por essa razão, as mesmas, oficialmente, não existem, são subterrâneas; mas, por outro lado, as atividades e os atos de economia subterrânea estão sobretudo relacionadas com múltiplas situações ilícitas, de que são exemplos vulgares o emprego fiscalmente não declarado de assalariados, o emprego de assalariados sob a forma fiscal de prestadores de serviços independentes, a evasão e a fraude fiscais. (IBRE-FGV/Instituto ETCO).

A Economia Subterrânea pouco chamava atenção porque era considerada pequena, porém um estudo feito pelo IBRE-FGV/Instituto ETCO mostrou que esta economia pode ser grande, isto despertou a atenção para o tema.

Uma economia subterrânea alta, reduz a arrecadação e diminui a credibilidade das estatísticas oficiais, dificulta a escolha de políticas públicas e causa competição desigual entre as empresas legalmente constituídas e as que estão na informalidade. A economia subterrânea junta uma série de atividades econômicas entre elas a produção e os serviços ilegais e as atividades legais que não pagam impostos, facilitando as fraudes nas atividades legais (IBRE-FGV/Instituto ETCO).

Conforme o SEBRAE o governo tem buscado formas para combater a economia subterrânea. A Lei 128 está ajudando, mas ainda tem muito para ser feito é uma empreitada enorme. O grande problema com esta economia é que não são só as atividades informais, têm muito mais coisa neste contexto, inclusive caso extremamente sério envolvido neste problema, as drogas, os produtos roubados, e muito mais atividades ilícitas, por isso é tão difícil resolver esta questão é muita coisa encoberta, conforme o quadro número 04.

Quadro 04: Taxonomia da Economia Subterrânea

	Transações Monetárias		Transações Não Monetárias
Atividades Ilegais	Venda de bens e produtos roubados. Venda de drogas. Prostituição, jogo, contrabando e fraude.		Troca de drogas, bens roubados, contrabando, etc. Roubo para uso próprio e produção de drogas para consumo próprio.
	Razão Fiscal	Normativas	Razão Fiscal
Atividades Legais	Renda não declarada por conta própria e trabalhador informal. Renda e ativos	Normas e regras aplicáveis em determinada atividade	Troca de bens e serviços legais. Trabalho realizado em casa e/ou com vizinhos.

Fonte: IBRE-FGV/Instituto ETCO.

É sabido que esta economia tem um número bastante elevado e para conhecer o seu tamanho aqui no Brasil, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV) junto com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) utilizando dois métodos distintos de pesquisa chegaram a valores bastante expressivos e divulgaram que em 2010 a economia subterrânea atingiu R\$ 663,4 bilhões, o que equivale a 18,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do nosso país.

A atividade subterrânea é parte significativa da economia, mas sua participação no PIB tem caído ao longo dos últimos anos. Em 2003, a participação era de 21% do PIB essa redução é atribuída a dois fatores. Um deles é o aumento da atividade econômica, que reduz as incertezas. “As empresas ficam mais confortáveis em contratar pessoas formalmente, visto que a perspectiva de crescimento elevado não deve mudar no curto prazo”. Outro fator que contribuiu para a redução da participação da economia subterrânea no PIB foi a expansão do crédito. (agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-06-28).

Salienta-se que tem muito ainda a ser feito para que a informalidade diminua e com isso a economia subterrânea perca suas forças. Porém percebe-se que a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa que da sustentabilidade a figura jurídica do Empreendedor Individual está repercutindo favoravelmente neste contexto facilitando a formalização do trabalhador.

2.4 HISTÓRIA DA TRIBUTAÇÃO

Balthazar (2005, p. 19) relata que as “origens históricas do tributo confundem-se com as origens da própria história do homem em seu viver social”. Misabel (2002) diz que embora tenha quem afirme que a renda das pessoas vem sendo tributada de fato desde os primórdios da nossa civilização, parece que a tributação explícita da renda teve seu princípio no século XV. O primeiro imposto do mundo sobre renda teria sido instituído em 1404 na Inglaterra, mas tem pouco registro deste fato.

O pagar impostos é conhecido do povo há muito tempo, e desde então tem onerado o bolso do povo. O povo sempre procurou encontrar uma forma de amenizar o problema que o pagamento de imposto traz a sua economia, para se ter uma ideia de quanto o imposto é pesado no nosso orçamento, o escritor (anônimo) do Livro de I Samuel (século X AC) narra que Israel estava em guerra contra os filisteus, então um homem do exército inimigo, o gigante Golias desafiou os soldados de Israel a lutar de “mano a mano” e o vencedor desta briga ganharia a guerra, porém ninguém queria enfrentar o “brigão”, o Rei Saul (Rei de Israel na época) ofereceu a quem enfrentasse e derrotasse o inimigo, riqueza, a filha como esposa e o mesmo não iria mais pagar impostos em Israel. Vemos aqui o valor do imposto, a ponto de um cidadão se sujeitar a por a sua vida para adquirir a isenção do mesmo, claro tinha também em jogo riqueza e a “bela” filha do Rei Saul. (BÍBLIA SAGRADA 1 Sm 17.23-25).

Os israelitas e os filisteus se puseram em ordem, fileiras contra fileiras. ²²E Davi deixou a carga que trouxera na mão do guarda da bagagem e correu à batalha; e chegando perguntou a seus irmãos se estavam bem. ²³E, estando ele ainda falando com eles, eis que vinha subindo do exército dos filisteus o homem guerreiro, cujo nome era Golias, filisteu de Gate, e falou conforme aquelas palavras, e Davi as ouviu.²⁴ Porém todos os homens de Israel vendo

aquele homem, fugiam de diante dele, e temiam grandemente,²⁵ e diziam os homens de Israel: vistes aquele homem que subiu? Pois subiu para afrontar a Israel. Há de ser, pois, que ao homem que o ferir o rei o enriquecerá de grandes riquezas, e lhe Dara a sua filha, e fará isenta de impostos a casa de seu pai em Israel. (BÍBLIA SAGRADA 1 SM 17.23-25).

Isso aconteceu lá nos tempos antigos, nos dias dos senhores feudais segundo Bolthazar (2005), os cidadãos não tinham muito apego aos tributos, eles desprezavam está prática, pois para eles era tido como oneroso servil e com aspecto de dependência entre vencidos e vencedores, nas guerras os vencidos tinham uma obrigação para com os vencedores e precisavam honrar para não sofrer maior castigo.

Naquele tempo o Rei, mantinha tudo junto, as suas riquezas com as riquezas publicas, o tributo era cobrado conforme a necessidade do Rei e não as necessidades do Estado.

Bolthazar (2005, p. 17) relata que “na Idade Média os tributos não eram pagos ao Estado, mas sim a uma pessoa, o senhor feudal, perdendo desta maneira, o caráter fiscal”. Com o aparecimento dos Estados organizados o tributo começou a esboçar uma forma mais parecida com a que hoje é conhecida por nós, só que com menos regras do que hoje temos.

O mesmo autor relata que foi a Revolução Francesa, que deu rumo e identidade aos tributos, consolidando a ideia de que o bem dos governantes nada tem com os bens do Estado. Começando assim a ideia de orçamento público que até hoje é conhecida nos nossos dias.

2.4.1 Tributação no Brasil

Para Bolthazar (2005) existem mais de uma história para a origem do Direito Tributário em nosso país, mas vamos nos ater nesta que melhor figura a realidade, conforme o autor tudo começou nos anos de 1822, quando foi elaborada uma legislação fiscal aqui no Brasil para satisfazer as necessidades locais, porém sob base das normas portuguesa, pode-se deste modo garantir que os alicerces do direito tributário brasileiro tem base nas normas lusitanas vigente nos dias do

“descobrimento”. Mas se tínhamos um direito tributário nesta época, não tínhamos um sistema tributário, harmônico entre si.

No Brasil, um verdadeiro sistema tributário só foi criado em 1965, com a reforma tributária promovida pela emenda constitucional nº 18. Com a constituição de 1934 houve uma inovação na legislação tributária, onde foi aperfeiçoada a discriminação dos tributos por competência, ampliando o rol dos tributos da União e contemplou os Estados com o imposto de vendas e consignações. Os municípios finalmente foram dotados de autonomia política, administrativa e financeira, tendo recebido uma competência tributária própria com impostos privativos definidos.

2.4.2 O Estado

Sabe-se que o Estado é soberano. Para Cassone (apud FEDERIGHI 2000, p. 19) o “Estado é a nação, o povo ou sociedade, politicamente organizada”.

Segundo Machado (2006) num estudo mais direto afirma que o Estado representa a nação no tocante aos interesses frente a outras nações no contexto internacional, no plano interno lhe é conferido o poder de governar sobre os indivíduos que estejam em seu território, à soberania abonada ao Estado confere a ele vontade superior às vontades dos indivíduos, como um poder que não reconhece superior. A soberania permite ao Estado exigir dos indivíduos entes federados os recursos financeiros que precisa para custear seus interesses. A mesma soberania da condição de Constituir os tributos para alcançar seus objetivos financeiros. Como se fosse uma demonstração de seu poder. Tem-se um entendimento errôneo por parte de muitos que tributar é poder do Estado. Porém o ato da tributação é uma relação jurídica, embora fundamentada na soberania que a ele é empregado.

Machado, (2006) destaca ainda que a;

a relação de tributação não é simples relação de poder como alguns têm pretendido que seja. É relação jurídica, embora o seu fundamento seja a soberania do Estado. Sua origem remota foi a imposição do vencedor sobre o vencido. Uma relação de escravidão, portanto. É essa espúria, infelizmente, às vezes ainda se mostra presente em nossos dias, nas práticas arbitrárias de autoridades da Administração Tributária. Autoridades ainda desprovidas da consciência de que nas comunidades civilizadas a relação tributária é relação jurídica, e que muitas vezes ainda contam com o

apoio de falsos juristas, que usam o conhecimento e a inteligência, infelizmente, em defesa do autoritarismo. (MACHADO, 2006, p. 53).

Assim, as relações tributárias nos dias em que vivemos não podem ser mais vistas como da forma antiga onde os indivíduos eram submetidos ao poder sem limite do Estado autoritário e sem regras.

2.4.3 Poder e competência para tributar

Segundo Kfoury Junior (2010) o Estado organizado juridicamente, e com base na sua Constituição, determina a forma de governar através de Leis que por consequente é dividido em diversos níveis de governo em nossa nação. A mesma Constituição pontua aos entes federativos competência para tributar através de princípios de legalidade fundamentada na democracia, acalmando a ideia de faculdade devoradora que a palavra “poder” de tributar exprime e que deixa o cidadão brasileiro amedrontado. A Lei exerce base, parâmetros para o Estado estipular o tributo, portanto ela, a própria Lei, torna-se um limitador de poder e passa a deliberar competência.

2.5 O GOVERNO E O MEI (Microempreendedor Individual)

Segundo o IBGE, há quase 11 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se enquadram no perfil do Microempreendedor Individual no Brasil, uma pesquisa realizada pelo governo em março de 2009 apontou que o número é bastante grande de pessoas trabalhando na informalidade, mas que estas pessoas estavam receosas com a formalização de suas atividades. Mas para poderem ter crédito, benefícios previdenciário, e o CNPJ, só através da legalização.

Em 2010 o governo tinha como meta formalizar um milhão de informais, e conseguiu 810 mil. Já em 2011 o número chegou a 1,7 milhão.

A legislação do microempreendedor individual (MEI) é o caminho para se obter a legalização, os benefícios previdenciários, acesso a crédito, capacidade para emitir nota fiscal e conquistar a cidadania. Esta é a visão do ministro da Previdência Social, José Pimentel, que apresentou a pesquisa qualitativa sobre a receptividade dos trabalhadores em relação à Lei Complementar 128/2008. A pesquisa, coordenada pelo SEBRAE Nacional e realizada na primeira quinzena de fevereiro, ouviu trabalhadores autônomos em cinco capitais do país - Belém, Recife, Porto Alegre, São Paulo e Goiânia -, homens e mulheres com idade entre 25 e 45 anos, renda de até R\$ 3 mil por mês e, no máximo, um empregado. A pesquisa detectou que os empreendedores informais, um grupo estimado em 11 milhões de brasileiros, aprovam as iniciativas propostas pela Lei Complementar. Os entrevistados, no entanto, manifestam receio de que, a partir da legalização dos seus pequenos negócios, haja aumento de tributos, de burocracia e de custos para a entrada na formalidade. A partir da reunião de segunda-feira (9), formaram-se cinco grupos de trabalho, como o da comunicação, no qual atuarão representantes do SEBRAE. Para o presidente da entidade, Paulo Okamoto, entre as sugestões está a publicação de uma cartilha destinada a esclarecer, de forma simplificada, as dúvidas apontadas pela pesquisa nacional. A meta, a partir de 1º de julho, é colocar na formalidade de 700 mil a dois milhões de autônomos informais, até o final de 2010. [...] Para o presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa da Câmara dos Deputados, deputado Cláudio Antonio Vignatti, o maior índice de informalidade está na área de alimentação. E uma das formas de contribuir para que esses empreendedores informais entrem na legalidade é "construir um microcrédito especial e diferenciado e mostrar que a oportunidade é deixar de ser MEI, sendo no futuro maior do que é hoje." Para tanto, disse Vignatti, é preciso envolver os prefeitos no processo. (Brasil, Ministério da Previdência Social).

A formalidade traz muitas vantagens para todos, quem se formaliza passa a ter acesso aos programas do governo que até então a informalidade não permitia.

Segundo o presidente do SINDMEIJUR.

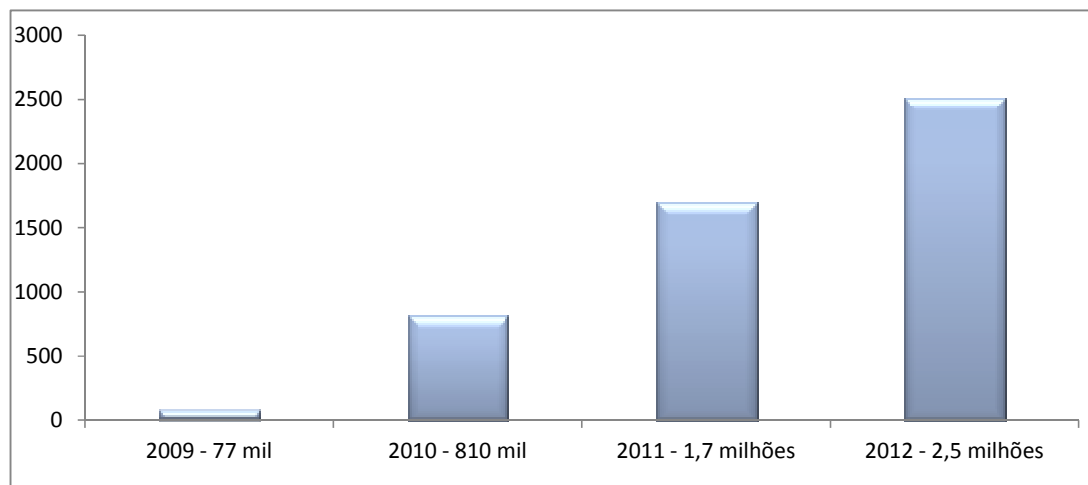
A redução da informalidade só traz vantagens para todos. Para cada negócio legalizado, existem dois na informalidade, mantendo trabalhadores sem carteira assinada, sem direitos sociais e cidadania. Algumas das principais desvantagens da informalidade são: concorrência desleal, restrição de acesso a políticas públicas, apreensão de mercadorias e equipamentos, sendo marginalizada pelas autoridades, sonegação de impostos e, principalmente, a perspectiva de crescimento. Todos ganham com o sucesso dos pequenos negócios. O comércio ganha com o aquecimento da economia, a comunidade ganha com a inclusão de mais trabalhadores e empreendedores na cadeia produtiva local. (http://www.sindmeijur.org.br/palavra_do_presidente.html).

Todos ganham com MEI, o trabalhador que vende mão de obra estava sem amparo legal, agora terá seus direitos garantidos com a formalização do patrão. O sucesso dos pequenos negócios que era limitado devido à ilegalidade e a falta de perspectivas futuras tem com a formalização novos horizontes.

Em 2012 foram alteradas as regras facilitando desta forma a adesão de muita gente, pois o custo da formalização que já era acessível ficou mais barato.

Com a criação do Microempreendedor Individual o processo de migração para a economia formal vem se acelerando. Em 2009 havia pouco mais de 77 mil negócios legalizados como MEI. O número subiu para 810 mil em 2010 e 1,7 milhão no ano seguinte. Em 2012, a quantidade de MEI já passa de 2,5 milhões no primeiro trimestre.(JORNAL CONTÁBIL).

Gráfico 02: Variação do número de empreendedores que aderiram ao programa do MEI



Fonte: Elaborada pelo Autor

O gráfico 03 revela a evolução do MEI no início do ano 2012 e demonstra com isto que começaram a aparecer os resultados da política governamental para a formalização dos pequenos empresários que estavam na informalidade.

2.5.1 Lei do Micro Empreendedor Individual

A Lei 128/2008 cria a figura do Micro Empreendedor Individual (MEI) e altera partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006). Com base na proposta da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa a Lei do Microempreendedor com o objetivo de formalizar os pequenos empresários que estão trabalhando informalmente.

Esta Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, apresenta inúmeras vantagens especiais para quem exerce a sua atividade de maneira informal e queira torna-se um Empreendedor Individual legal segundo a legislação vigente.

Na continuação está elencando o artigo da Lei que diferencia o Microempreendedor Individual:

Artigo 18-A: O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se MEI o empresário individual [...] que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

§ 2º No caso de início de atividades, o limite de que trata o § 1º deste artigo será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro (LEI COMPLEMENTAR 128/2008).

2.5.2 Microempreendedor Individual

O Empreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que é legalizado como pequeno empresário exercendo sua atividade conforme determina a legislação comercial.

Foi disponibilizado na internet, o portal do Microempreendedor Individual (www.portaldoempreendedor.gov.br), onde está caracterizando o MEI, com uma linguagem simples, clara facilitando o entendimento dos interessados em se formalizar.

O SEBRAE também disponibilizou no site um espaço especial ao micro empreendedor com o intuito de orientar as pessoas sobre a formalização, além de

atender os interessados na própria agência. Para o desenvolvimento deste trabalho foi acessado este site.

Para ser um empreendedor individual, é necessário faturar no máximo R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no ano 2012, ou R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) proporcional a os meses do ano em questão e não participar de outra empresa como sócio ou titular e ter no máximo um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

A Lei do MEI permite obter o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) e consequentemente o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, constituindo assim “vida” jurídica ao empreendedor individual abrindo as portas, dando a ele acesso a o crédito através de abertura de conta em banco, desperta o interesse de clientes e fornecedores, além de outros privilégios que só é disponibilizado a quem se formalizar.

2.5.3 Benefícios do Microempreendedor Individual

Os privilégios e os benefícios abonados pelo Estado ao Empreendedor Individual segundo a legislação pertinente estão relacionados na sequência conforme o Portal do Empreendedor.

- 1) **COBERTURA PREVIDENCIÁRIA:** Cobertura Previdenciária para o Empreendedor e sua família (auxílio-doença, aposentadoria por idade, salário-maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão), com contribuição mensal reduzida - 5% do salário mínimo, hoje R\$ 31,10. Com essa cobertura o empreendedor estará protegido em casos de doença, acidentes, além dos afastamentos para dar a luz no caso das mulheres e após 15 anos a aposentadoria por idade. A família do empreendedor terá direito à pensão por morte e auxílio-reclusão.
- 2) **CONTRATAÇÃO DE UM FUNCIONÁRIO COM MENOR CUSTO:** Poder registrar até um empregado, com baixo custo - 3% Previdência e 8% FGTS do salário mínimo por mês, valor total de R\$ 68,42. O empregado contribui com 8% do seu salário para a Previdência.

Esse benefício permite ao Empreendedor admitir até um empregado a baixo custo, possibilitando desenvolver melhor o seu negócio e crescer.

- 3) **ISENÇÃO DE TAXAS PARA O REGISTRO DA EMPRESA:** Isenção de taxa do registro da empresa e concessão de alvará para funcionamento. Todo o processo de formalização é gratuito, ou seja, o Empreendedor se formaliza sem gastar um centavo. O único custo da formalização é o pagamento mensal de R\$ 31,10 (INSS), R\$ 5,00 (Prestadores de Serviço) e R\$ 1,00 (Comércio e Indústria) por meio de carnê emitido exclusivamente no Portal do Empreendedor. Qualquer outra cobrança recebida não é do governo, não está prevista na legislação e não deve ser paga.
- 4) **AUSÊNCIA DE BUROCRACIA:** Obrigação única por ano com declaração do faturamento. Ausência de burocracia para se manter formal, fazendo uma única declaração por ano sobre o seu faturamento que deve ser controlado mês a mês para ao final do ano estar devidamente organizado.
- 5) **ACESSO A SERVIÇOS BANCÁRIOS, INCLUSIVE CRÉDITO:** Com a formalização o Empreendedor terá condições de obter crédito junto aos Bancos, principalmente Bancos Públicos como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste. Esses Bancos dispõem de linhas de financiamento com redução de tarifas e taxas de juros adequadas.
- 6) **COMPRAS E VENDAS EM CONJUNTO:** Permitir a união para compras em conjunto através da formação de consórcio de fins específicos. A Lei faculta a união de Empreendedores Individuais com vistas à formação de consórcios com o fim específico de realizar compras. Essa medida permitirá aos Empreendedores condições mais vantajosas em preços e condições de pagamento das mercadorias compradas uma vez que o volume comprado será maior.
- 7) **REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA:** Baixo custo para se formalizar, sendo valor fixo por mês de R\$ 1,00 atividade de comércio - ICMS e R\$ 5,00 atividade de serviços - ISS. O valor pago ao INSS tem o objetivo de oferecer cobertura Previdenciária ao Empreendedor e sua família a baixo custo. O custo da formalização é de fato muito baixo. No máximo R\$ 37,10 por mês, fixo. Além de permitir ao Empreendedor saber quanto gastará por mês, sem surpresas, lhe dará condições de crescer, pois o seu negócio contará com apoio creditício e

gerencial, além da tranquilidade para trabalhar em razão da cobertura Previdenciária própria e da família.

- 8) **CONTROLES MUITO SIMPLIFICADOS:** Controles simplificados (não há necessidade de contabilidade formal). Além do custo reduzido, a formalização é rápida e simples, sem burocracia. Após a formalização o empreendedor terá de fazer, anualmente, uma única Declaração de faturamento, também de forma fácil e simples através da Internet;
- 9) **EMISSÃO DE ALVARÁ PELA INTERNET:** Toda atividade comercial, industrial ou de serviço precisa de autorização da Prefeitura para ser exercida. Para o empreendedor Individual essa autorização (licença ou alvará) será concedida de graça, sem o pagamento de qualquer taxa, o mesmo acontecendo para o registro na Junta Comercial.
- 10) **CIDADANIA:** Resgatar o sentimento de cidadania. A cidadania não tem preço e ela começa com o direito à dignidade que se traduz na condição humana de autorrealização pessoal, profissional e social. Ser um empreendedor formalizado significa andar de cabeça erguida e poder dizer eu sou cidadão, eu exerço minha profissão de acordo com as leis do meu País. Ser formal é também ser cidadão.
- 11) **MAIS FÁCIL VENDER PARA O GOVERNO:** O Governo é um grande comprador de mercadorias e serviços, nas suas três esferas: Federal, Estadual e Municipal. Para vender para o Governo é preciso estar formalizado.
- 12) **SERVIÇOS GRATUITOS:** Na formalização e durante o primeiro ano como Empreendedor Individual, haverá uma rede de empresas contábeis que irão prestar assessoria de graça, como forma de incentivar e melhorar as condições de negócio do País.
- 13) **APOIO DO TÉCNICO DO SEBRAE NA ORGANIZAÇÃO DO NEGÓCIO:** O SEBRAE estará orientando e assessorando os Empreendedores que assim o desejarem. Serão cursos e planejamentos de negócios com vistas a capacitar os empreendedores, tornando-os mais aptos a manterem e desenvolverem as suas aptidões.
- 14) **POSSIBILIDADE DE CRESCIMENTO COMO EMPREENDEDOR:** Com todo esse apoio e o fato de estarem no mercado de forma legal, as chances de crescer e prosperar aumentam e o que hoje é apenas um pequeno negócio amanhã poderá ser uma média e até uma grande empresa. Os grandes

empresários não nasceram grandes, eles começaram pequenos e foram crescendo aos poucos, de modo sustentável.

- 15) **SEGURANÇA JURÍDICA:** Segurança Jurídica - formalização está amparada em Lei Complementar que impede alterações por Medida Provisória e exige quorum qualificado no Congresso Nacional. O Empreendedor Individual é fruto da aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Complementar 128/08 que foi prontamente sancionada pelo Presidente Lula. O fato de ser uma Lei Complementar dá segurança ao Empreendedor porque ele sabe que as suas regras são estáveis e para serem alteradas necessitam de outra Lei Complementar a ser votada também pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, ou seja, há uma grande segurança jurídica de que as regras atuais não serão alteradas facilmente.

2.5.4 O empreendedor individual e a nota fiscal.

O Empreendedor Individual estará dispensado de emitir nota fiscal para consumidor pessoa física, mas estará obrigado a emitir quando vender para destinatário cadastrado no CNPJ.

Caso venda para destinatário cadastrado no CNPJ, poderá emitir Nota Fiscal avulsa (desde que prevista na legislação do Estado ou do Município). Além disso, caso venda mercadorias para pessoa jurídica contribuinte do ICMS, o comprador poderá emitir nota fiscal de entrada. O MEI está dispensado de emitir nota eletrônica seja no âmbito Estadual ou Municipal, também está desobrigado da certificação digital para cumprimento de obrigações principais e acessórias, inclusive quanto ao FGTS, podendo ser exigida a utilização de códigos de acesso para cumprimento das referidas obrigações (PORTAL DO EMPREENDEDOR).

2.5.5 Imposto de Renda Pessoa Física do MEI

O MEI tem responsabilidades pela tributação da pessoa física e jurídica, porém é importante esclarecer que as duas não se confundem. Quando os impostos são inerentes de sua atividade é pessoa jurídica inclusive se tem empregado na empresa devendo recolher os impostos cabíveis.

O MEI ao repassar o valor do lucro auferido da empresa, pessoa jurídica para a pessoa física, e este montante estiver dentro da obrigatoriedade conforme a legislação do IRPF, aí sim, deve apresentar a declaração a Receita Federal, caso contrário se o lucro transferido for inferior ao que determina a legislação vigente do IRPF, o micro empreendedor estará isento do pagamento deste imposto.

2.5.6 Recolhimento de impostos

A Receita Federal do Brasil tem disponibilizado no seu site um programa gratuito chamado de Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual (PGMEI) é um sistema eletrônico de geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) para o Microempreendedor Individual, conforme determinam a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (alterada pelas Leis Complementares nº 127/2007 e 128/2008) e a Resolução CGSN nº 58/2009.

O acesso ao PGMEI dar-se-á exclusivamente via Portal do Simples Nacional na internet.

Ali o MEI poderá Gerar o Documento de Arrecadação do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual (DAS) para recolhimento na rede bancária (períodos de apuração a partir de julho de 2009) optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI), conforme disposto na Resolução CGSN nº 58, de 27 de abril de 2009, sendo que:

- Para empresas em início de atividade com data de abertura constante do CNPJ a partir de 1º de julho de 2009, a realização da opção pelo SIMEI será simultânea à formalização do Microempreendedor realizada

no Portal do Empreendedor em www.portaldoempreendedor.gov.br, observadas as condições previstas na Resolução CGSN nº 58, devendo ser utilizado o registro simplificado de que trata o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

- Para a empresa já constituída, a opção pelo Simei deverá ser realizada no mês de janeiro.

2.5.7 Tributos abrangidos pelo SIMEI

O Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional implica o recolhimento mensal mediante DAS dos seguintes impostos e contribuições:

Quadro 05: Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos.

1º	INSS - Contribuição para Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário na qualidade de contribuinte individual.
2ª	ICMS* - Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e municipal e de comunicação
3ª	ISS* - Imposto sobre serviço de qualquer natureza
* - caso seja contribuinte desses tributos, conforme Anexo único da Resolução CGSN/nº 58/2009	

Fonte: Portal do Empreendedor

O recolhimento do valor devido deverá ser efetuado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao período de apuração. Quando não houver expediente bancário no dia 20, o recolhimento deverá ser efetuado até o dia útil imediatamente posterior.

O valor não pago até a data do vencimento sujeitar-se-á à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda.

Para o MEI ter acesso ao sistema operacional habilitado ao uso da aplicação precisará de um sistema que tenha os atributos necessários para executar

os navegadores requeridos. O acesso se dá por meio do endereço eletrônico no menu “Contribuintes”, opções > “Simei” > “PGMEI. O Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) para o Microempreendedor Individual. Será necessário informar CNPJ, e digitar os caracteres de segurança, e clicar em continuar, com este procedimento será possível imprimir a guia DAS para posterior pagamento (PORTAL DO SIMPLES NACIONAL).

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 REGISTRO DE EMPRESA EM SANTA CATARINA

O processo de registro de empresa no Estado de Santa de Catarina no ano de 2010 foi alterado com o intuito de oferecer maior segurança nas informações e agilidade na formalização da documentação para a constituição das empresas, para tanto foi desenvolvido o Sistema de Registro Integrado – REGIN.

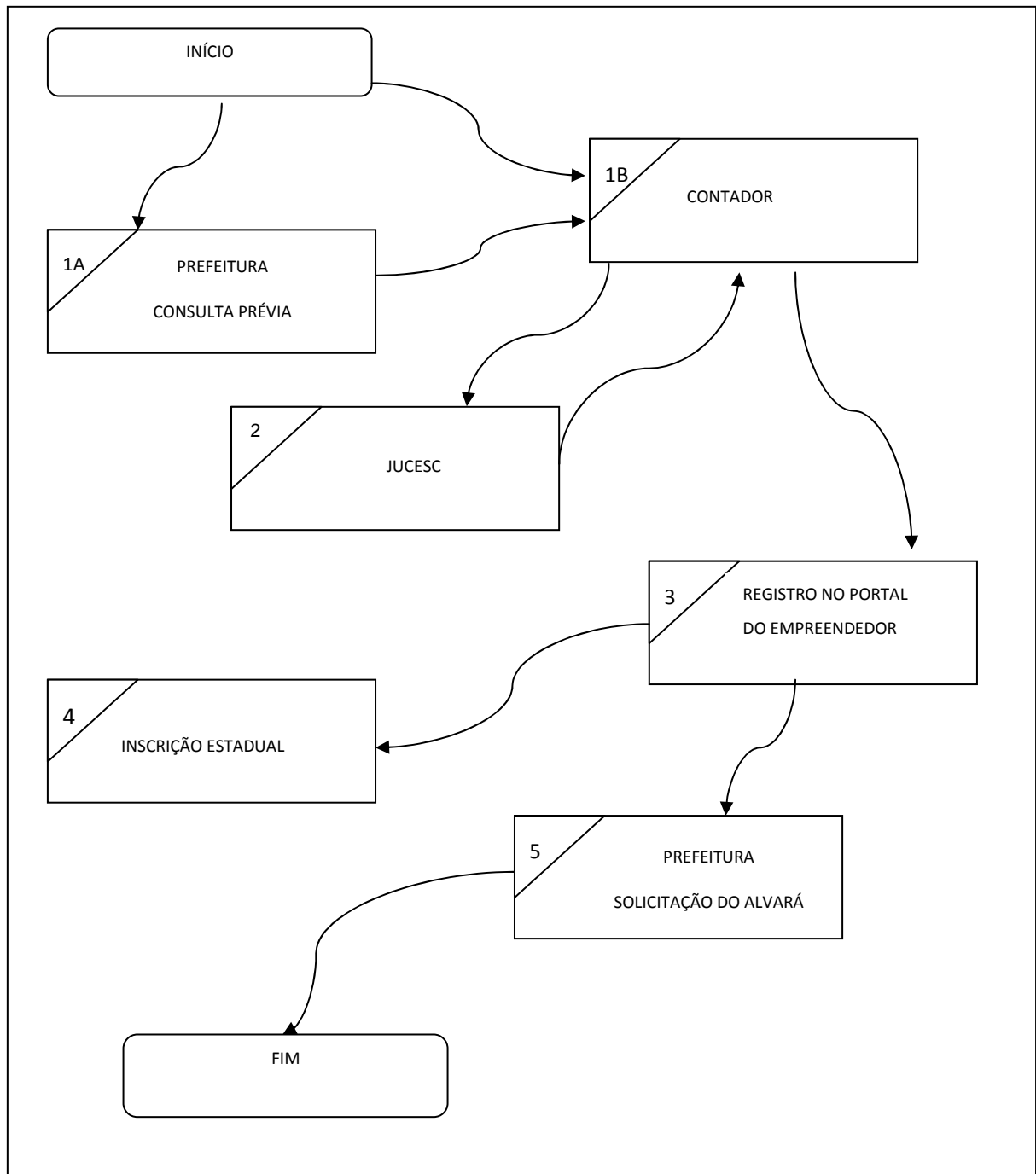
Este sistema de cadastro foi elaborado para centralizar na Junta Comercial a entrada das informações cadastrais das empresas a nível Federal, Estadual e Municipal.

As informações registradas no REGIN são analisadas por todos os órgãos envolvidos no processo, como a própria junta comercial, a prefeitura, o corpo de bombeiros, a vigilância sanitária e os órgãos ambientais, dependendo da atividade a ser explorada estes órgãos analisam as informações e informam no sistema o seu parecer, este processo tem uns passos a serem seguidos.

Para a formalização da empresa do MEI, na cidade de Criciúma – SC, o processo é praticamente igual à constituição de qualquer outra empresa, pois esta cidade está integrada ao sistema da junta comercial de Santa Catarina para analisar os processos de registro das empresas, porém as empresa MEI, estão amparadas pela Lei 128, e esta Lei determina que os Micro Empreendedores tenham um tratamento diferenciado facilitando assim a formalização dos mesmos.

Dessa forma a formalização do MEI deve obedecer ao fluxograma em destaque.

Figura 01: Fluxograma do processo de registro do MEI



Fonte: Elaborado pelo autor.

1º Passo: O interessado em formalizar a empresa (MEI) deve, munido dos documentos pessoais, mais um documento que possa identificar o número do cadastro do imóvel, ir até a prefeitura ou a uma contabilidade.

2º Passo: De posse destes documentos, se o interessado conhecer o sistema da junta comercial, poderá iniciar o processo de pedido de viabilidade junto ao

REGIN, caso contrário o contador faz este processo, alimentado o Regin com as informações constantes nos documentos.

3º Passo: Com as informações do Regin constando como DEFERIDO para todos os órgãos envolvidos no processo da se início ao CNPJ, através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

4º Passo: Com o CNPJ inicia-se o processo de alvará na prefeitura que em geral leva 24(vinte e quatro) horas para ser deferido.

5º Passo: As atividades que a legislação exige inscrição na Receita Estadual, com o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual já em mãos deve-se acessar o site da Receita Estadual e cadastra-se. Comumente demora um pouco para estar disponibilizado o cadastramento neste site. Geralmente o cadastro estará liberado no começo do mês seguinte.

3.1.1 Pesquisa com Microempreendedores Individuais

Em março de 2012, Santa Catarina contabilizava um total geral de 73.103 microempreendedores individuais. O universo do estudo é o total de Micro Empreendedores Individuais formalizados, e em fase de formalização residentes em Criciúma – SC, total de 1.406 conforme pesquisa feita no Portal do Empreendedor no dia 31 de março de 2012.

Conhecendo-se a quantidade de Microempreendedores Individuais existentes em Criciúma procurou-se buscar contato com o MEI. A pesquisa foi realizada com uma amostra de 48 (quarenta e oito) empreendedores individuais que mantinham contato com a um escritório de contabilidade localizado no município de Criciúma. Foi aplicado um questionário, contendo 16 (dezesesseis) questões de simples interpretação. A pesquisa foi realizada entre os meses de março e abril de 2012.

3.2 RESULTADOS DA PESQUISA

Para ampliar a visualização dos resultados obtidos usaram-se diversas demonstrações gráficas e tabelas, além da descrição.

As perguntas forneceram dados como: sexo, faixa etária, escolaridade, estado civil e constituição familiar. No gráfico 01 pode-se ressaltar a predominância do sexo masculino a frente dos pequenos negócios.

3.2.1 Sexo

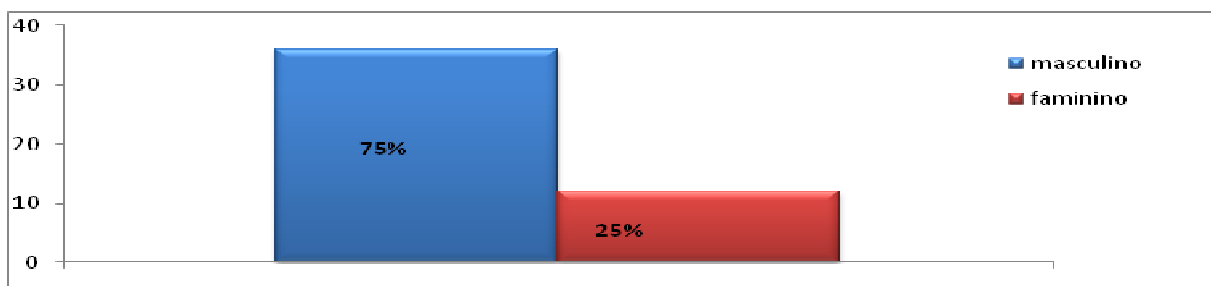
Realizou-se um questionamento junto aos entrevistados quanto ao sexo.

Tabela 03: Sexo

ITENS	FREQUÊNCIA	%
MASCULINO	36	75%
FEMININO	12	25%
TOTAL	48	100%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 03: Sexo



Fonte: Dados do Pesquisador

A pesquisa demonstrou que 75% das pessoas envolvidas no processo de formalização ou já formalizadas são do sexo masculino conforme o gráfico 03, representando 1/4, da amostra dos entrevistados em Criciúma - SC.

3.2.2 Faixa etária

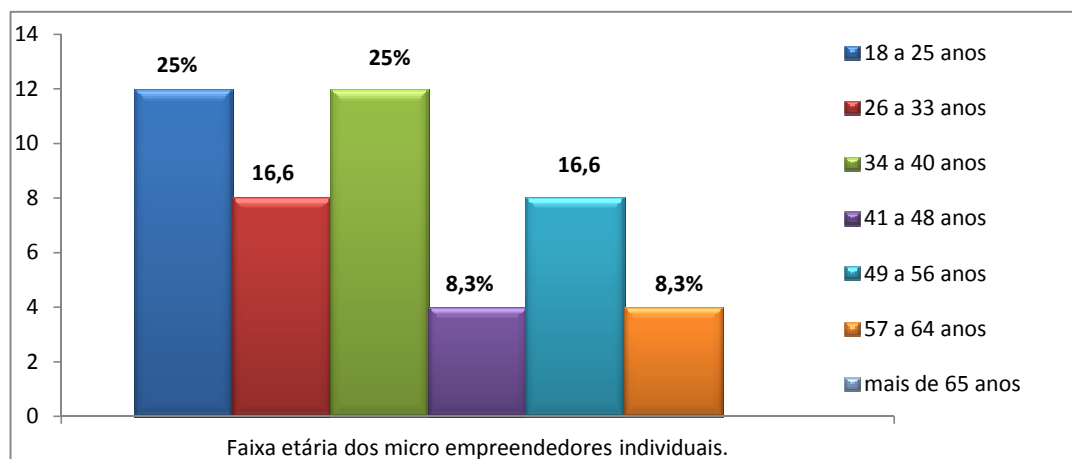
Procurou-se conhecer a idade dos entrevistados para ter melhor entendimento do perfil.

Tabela 04: Faixa etária dos micro empreendedores individuais.

ITENS	FREQUÊNCIA	%
18 A 25 ANOS	12	25,0%
26 A 33 ANOS	8	16,6%
34 A 40 ANOS	12	25,0%
41 A 48 ANOS	4	8,3%
49 A 56 ANOS	8	16,6%
57 A 64 ANOS	4	8,30%
MAIS DE 65 ANOS	0	0%
TOTAL	48	100%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 04: Faixa etária dos microempreendedores individuais.



Fonte: Dados do Pesquisador

O Gráfico 04 Representa a faixa etária das pessoas que desenvolvem suas atividades dentro do perfil do MEI, onde aparecem duas faixas etárias bastante acentuadas de micro empreendedores que é entre 18 e 25 anos e diminuindo um pouco com o pessoal que está na faixa dos 26 anos aos 33 anos voltando a ter um acréscimo a partir dos 34 anos até os 40 anos, a partir de 65 anos não houve nem uma amostra.

3.2.3 Estado civil

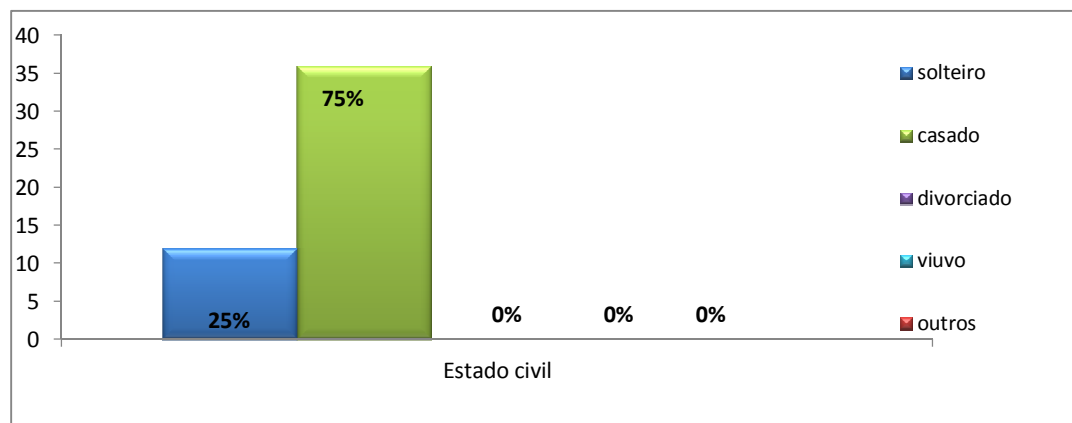
Procurou-se aqui conhecer a constituição familiar do MEI.

Tabela 05: Estado civil dos microempreendedores individuais.

ITENS	FREQUÊNCIA	%
SOLTEIRO	12	25%
CASADO	36	75%
DIVORCIADO	0	0%
VIÚVO	0	0%
OUTROS	0	0%
TOTAL	48	100%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 05: Estado civil dos microempreendedores individuais



Fonte: Dados do Pesquisador

De acordo com a pesquisa realizada e as resposta representadas no gráfico acima mostram que 75% dos sujeitos que estão à frente de uma empresa MEI são casados e que 1/4 estão solteiro.

3.2.4 Grau de instrução

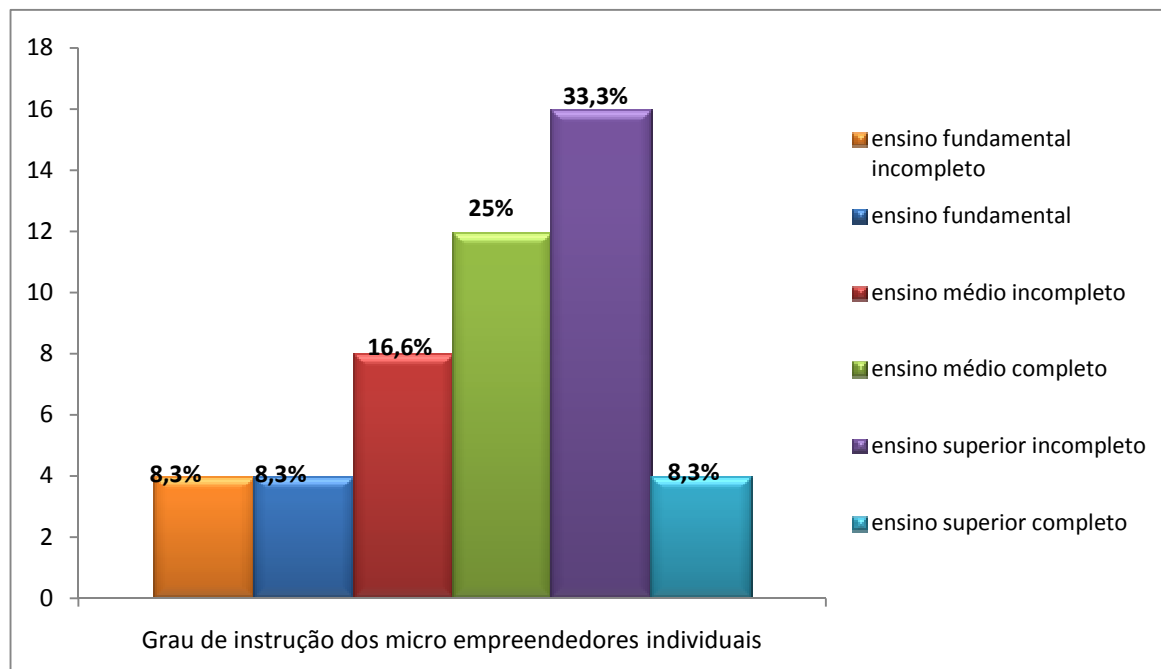
Questionou-se aqui a grau de instrução do MEI, com o intuito de conhecer o quanto estão instruídos e capazes de administrar tecnicamente suas empresas.

Tabela 06: Grau de instrução dos microempreendedores individuais.

ITENS	FREQUÊNCIA	%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	4	8,3%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	4	8,3%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	8	16,6%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	12	25,0%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	16	33,3%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	4	8,3%
TOTAL	48	100

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 06: Grau de instrução dos microempreendedores individuais.

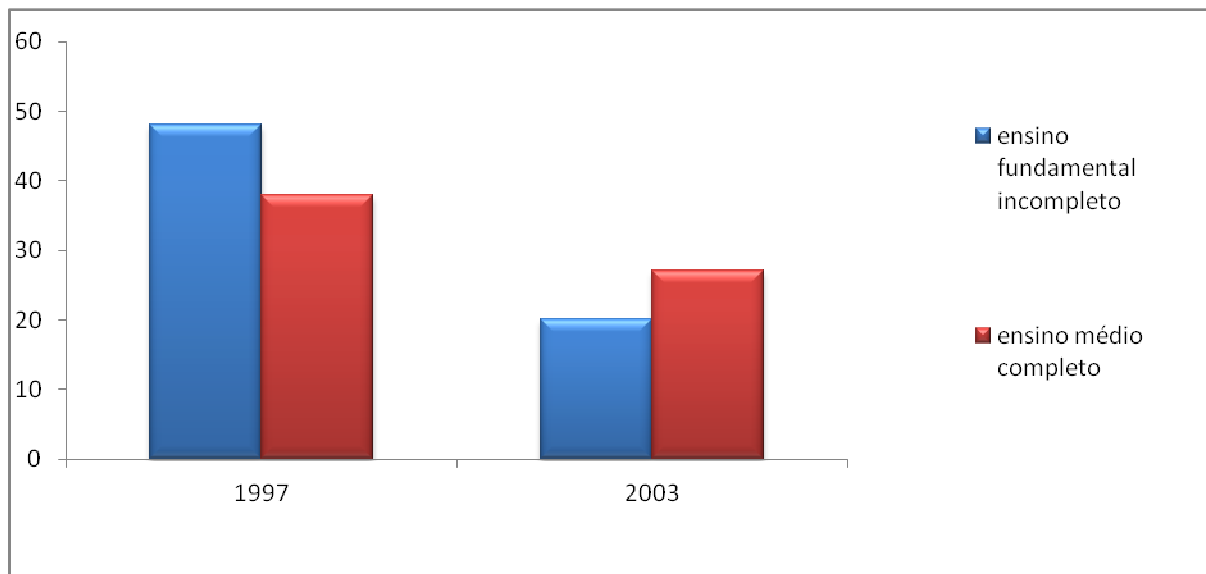


Fonte: Dados do Pesquisador

O gráfico 06 mostra que referente à instrução das pessoas ocupadas nesta modalidade de empresa, a maior parte delas tem o ensino superior incompleto representando 33,3%, conforme gráfico, sendo que o ensino médio completo está representado por 25%.

Ao comparar o gráfico 06 com uma pesquisa apresentada pelo IBGE a nível nacional em 2003, percebe-se que já havia esta tendência de aumento no nível de instrução dos MEI.

Gráfico 07: Comparação do nível de instrução entre 1997 e 2003 apresentado pelo IBGE.



Fonte: Adaptada pelo autor

Esta pesquisa mostrou que em 1997 era maior o número de pessoas com o ensino fundamental incompleto, já em 2003 diminuiu o ensino fundamental incompleto aumentando o ensino médio completo.

3.2.5 Seu trabalho atual

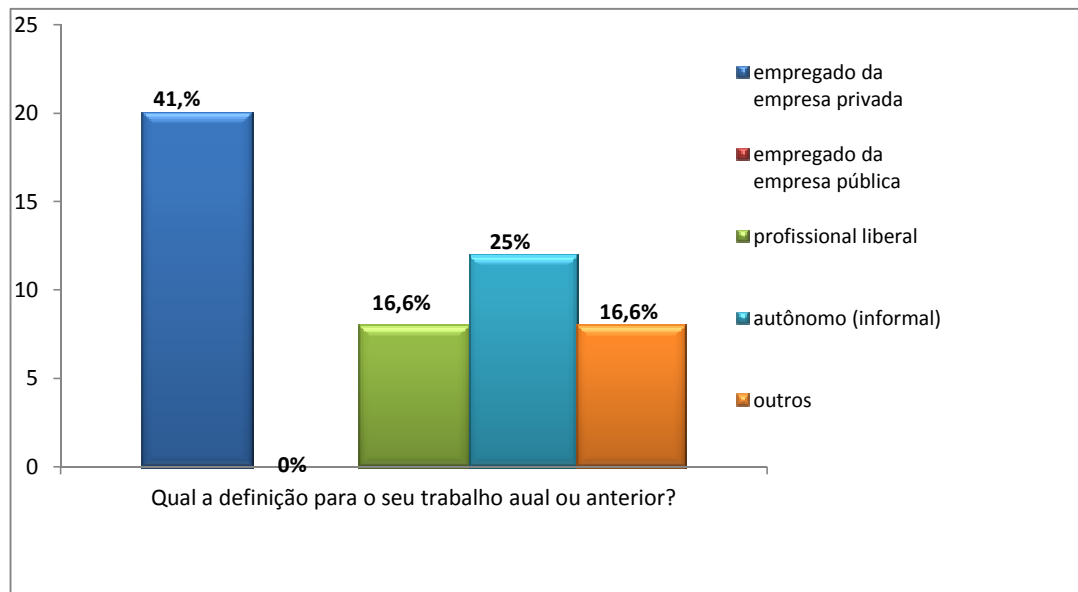
Intentou-se com este questionamento saber de onde estavam migrando, qual era o trabalho anterior.

Tabela 07: Das opções abaixo qual a que melhor define o seu trabalho atual?

ITENS	FREQUÊNCIA	%
EMPREGADO NA EMPRESA PRIVADA	20	41,00%
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	0	0,00%
PROFISSIONAL LIBERAL	8	16,60%
AUTÔNOMO (INFORMAL)	12	25%
OUTROS	8	16,60%
TOTAL	48	100%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 08: Das opções abaixo, qual a que melhor define o seu trabalho atual?



Fonte: Dados do Pesquisador

De acordo com a pesquisa o gráfico 08 demonstra que 41% dos entrevistados trabalhavam em empresas privadas e 25% destes já estavam atuando como autônomos de maneira informal e que com a vantagem permitida pela legislação em favor do MEI decidiram formalizar-se.

3.2.6 Quanto tempo exerceu a atividade na informalidade

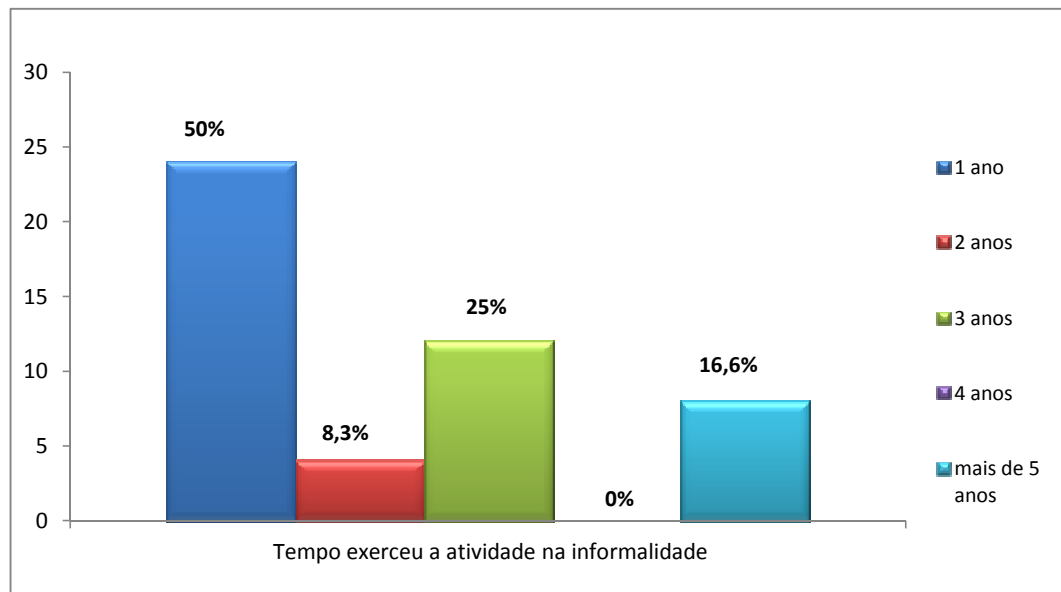
Procurou-se buscar informações de quanto tempo manteve a atividade de forma informal.

Tabela 08: Quanto tempo exerceu a atividade na informalidade.

ITENS	FREQUÊNCIA	%
1 ANO	24	50,0%
2 ANOS	4	8,3%
3 ANOS	12	25,0%
4 ANOS	0	0,0%
MAIS DE 5 ANOS	8	16,6%
TOTAL	48	100%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 09: Quanto tempo exerceu a atividade na informalidade.



Fonte: Dados do Pesquisador

A pesquisa realizada mostrou conforme o gráfico 09 que 50% dos entrevistados estão exercendo a atividade a pelo menos um ano, e 25% já está na atividade há três anos, 8,3% relataram que trabalham a mais de cinco anos, e 16,6% responderam que estão nesta ocupação a mais de cinco anos.

3.2.7 Experiência na atividade

O objetivo desta pergunta foi conhecer a experiência adquirida do MEI.

Tabela 09: Quanto tempo tem de experiência na atividade que exerce?

ITENS	FREQUÊNCIA	%
1 ANO	4	10,0%
2 ANOS	8	20,0%
3 ANOS	8	20,0%
5 ANOS	4	10,0%
MAIS DE 6 ANOS	16	40,0%
TOTAL	48	100%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 10: Quanto tempo tem de experiência na atividade que exerce?



Fonte: Dados do Pesquisador

No gráfico 10 percebe-se que grande parte dos questionados, 40% no total, tem boa experiência na atividade que está desenvolvendo, com mais de seis anos na profissão.

3.2.8 Qual atividade que exercerá como MEI?

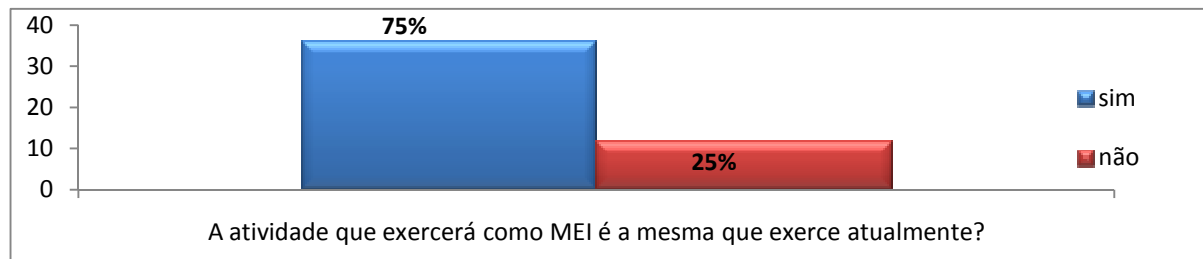
A atividade que ira desenvolver como MEI é a mesma que você desenvolve atualmente?

Tabela 10: atividade que exercerá como MEI é a mesma que exerce atualmente?

ITENS	FREQUÊNCIA	%
SIM	36	75,0%
NÃO	12	25,0%
TOTAL	48	100,0%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 11: Atividade que exercerá como MEI é a mesma que exerce atualmente?



Fonte: Dados do Pesquisador

O gráfico 11: mostra que 75% das pessoas responderão que a atividade que está desenvolvendo é a mesma que exercia como funcionário.

3.2.9 Qual será a forma de atuação?

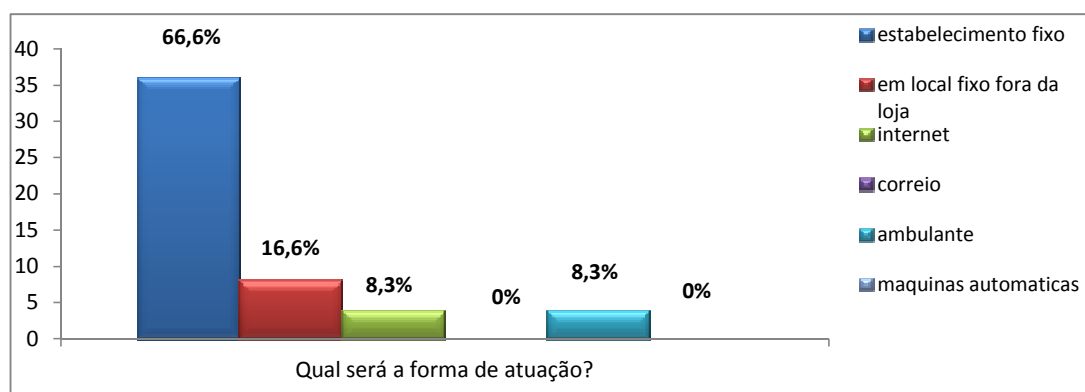
Buscando conhecer como iram desenvolver as atividades, questionando-se a forma de atuação.

Tabela 11: Qual será a forma de atuação?

ITENS	FREQUÊNCIA	%
EM LOCAL FIXO	32	66,60%
EM LOCAL FIXO FORA DA LOJA	8	16,60%
INTERNET	4	8,30%
CORREIO	0	0,00%
POSTO MOVÉL	4	8,30%
MÁQUINA AUTOMÁTICA	0	0,00%
TOTAL	48	100,00%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 12: Qual será a forma de atuação?



Fonte: Dados do Pesquisador

Quando questionados sobre as formas que iram desenvolver os negócios 66% dos entrevistados foram unânimes e declararam que será de forma fixa em estabelecimento, mas 16,6% informaram que será em local fixo, mas fora da loja.

3.2.10 Qual o ramo de negócio você pretende?

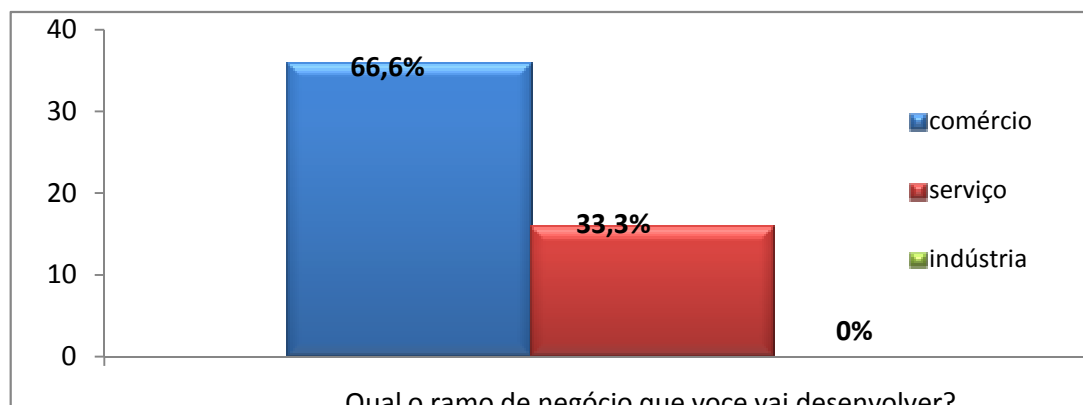
Qual o ramo de negócio você ira desenvolver com como MEI.

Tabela 12: Qual o ramo de negócio você pretende desenvolver ou já desenvolve?

ITENS	FREQUÊNCIA	%
COMÉRCIO	32	66,60%
SERVIÇO	16	33,30%
INDÚSTRIA	0	0,00%
TOTAL	48	100,00%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 13: Qual o ramo de negócios você pretende desenvolver ou já desenvolve?



Fonte: Dados do Pesquisador

No gráfico 13 constata-se que a maioria absoluta dos Micro Empreendedores estão desenvolvendo o comércio como empreendimento somando um total de 66,6% e os outros 33,3 % estão no serviço.

3.2.11 Renda da familiar

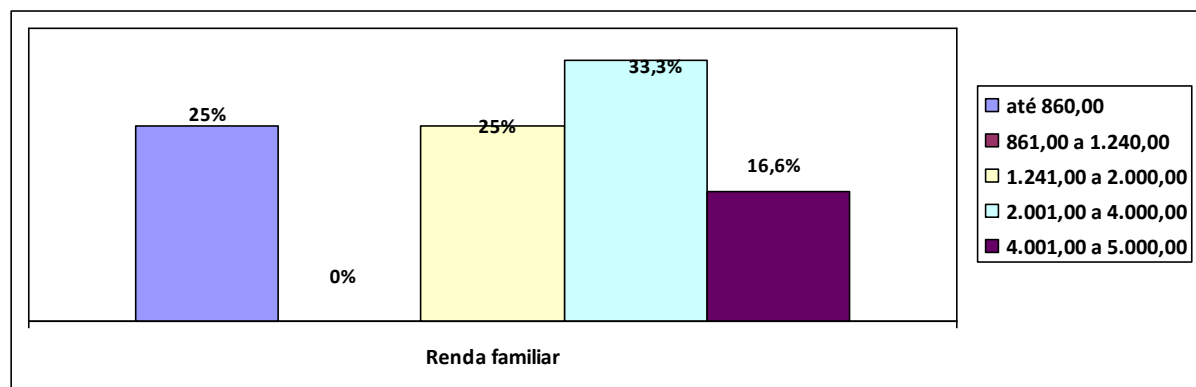
Realizou-se um questionamento junto aos entrevistados quanto a renda da família.

Tabela 13: da renda familiar

ITENS	FREQUÊNCIA	%
R\$ 860,00	12	25,0%
861,00 A 1.240,00	0	0,0%
1.241,00 A 2.000,00	12	25,0%
2.001,00 A 4.000,00	16	33,3%
4.001,00 A 5.000,00	8	16,6%
TOTAL	48	100,0%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 14: Da renda familiar



Fonte: Dados do Pesquisador

A pesquisa identificou que referente a renda da família do MEI, 25% está na faixa dos R\$ 860,00 e que 25% está ganhando R\$ 1.241,00 a 2.000,00 e 33,3% está entre R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00, ressalta-se que é a soma da renda familiar.

3.2.12 Investir no negócio

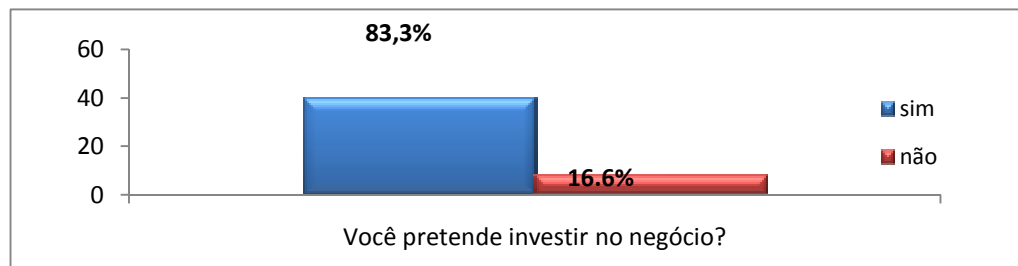
Questionou-se os entrevistados se iriam investir no negócio.

Tabela 14: Você pretende investir no negócio?

ITENS	FREQUÊNCIA	%
SIM	40	83,3%
NÃO	8	16,7%
TOTAL	48	100,0%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 15: Você pretende investir no negócio?



Fonte: Dados do Pesquisador

Ao serem questionados se pretendiam investir no negócio 83,3% disseram que sim, pretendem investir. Já 16,6% responderam que não pretendem investir no empreendimento. Para aqueles que irão investir questionou-se também a origem do recurso e a resposta está na tabela a seguir. Para 41,6% dos que responderam o recurso será próprio, os outros 33,3% iram buscar no mercado através do banco e 25% do total responderam que o recurso virá de outras formas.

3.2.13 Origem do recurso

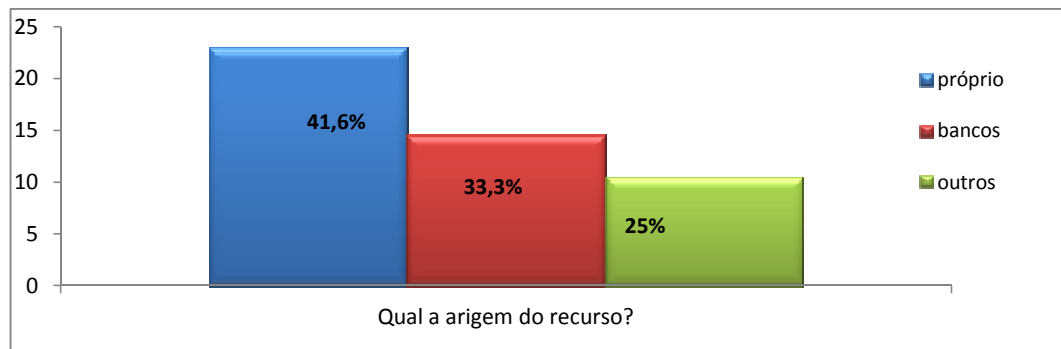
Para aqueles que iram investir no negócio foi questionado a origem do recurso.

Tabela 15: Qual a origem do recurso.

ITENS	FREQUÊNCIA	%
RECURSO PRÓPRIO	20	41,60%
RECURSO DO BANCO	16	33,30%
OUTROS	12	25,00%
TOTAL	48	100,00%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 16: Qual a origem do recurso?



Fonte: Dados do Pesquisador

Ao questionar a origem 41,6% responderão que é recurso próprio, 33,3% através de financiamento bancário.

3.2.14 Pretende registrar um funcionário?

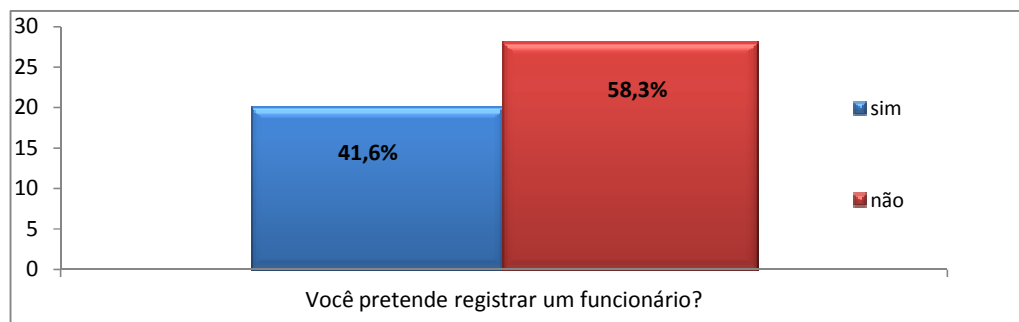
Buscou-se conhecer se pretendia usufruir da possibilidade de registrar um funcionário.

Tabela 16: Você pretende registrar um funcionário?

ITENS	FREQUÊNCIA	%
SIM	20	41,6%
NÃO	28	58,3%
TOTAL	48	100,0%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 17: Você pretende registrar um funcionário?



Fonte: Dados do Pesquisador

Vislumbrando conhecer se pretendem registrar um funcionário 58,3% dos entrevistados responderam que não pretendem registrar funcionário. Os outros 41,6% responderam que pretendem ter um funcionário registrado.

3.2.15 Direitos e deveres do MEI, quanto você conhece?

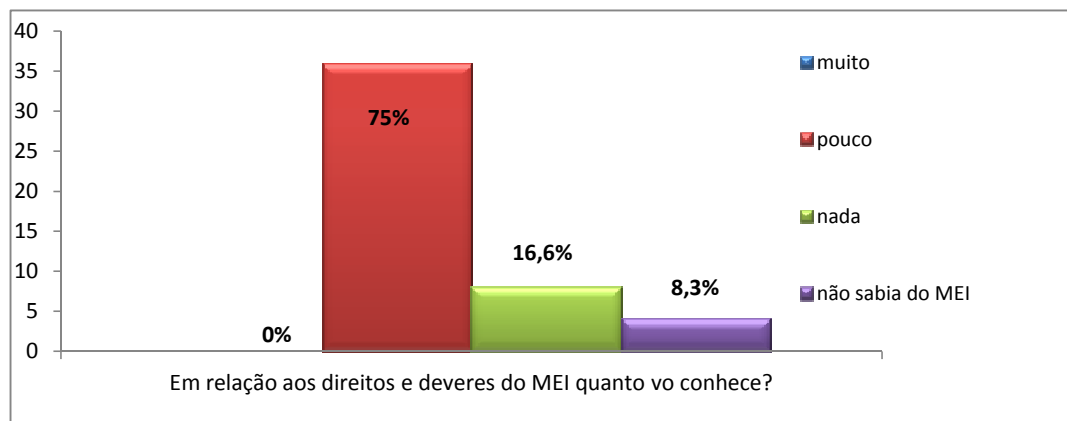
Buscou-se saber se tinham conhecimento da modalidade tributária do MEI.

Tabela 17: Em relação os direitos e deveres do MEI, quanto você conhece?

ITENS	FREQUÊNCIA	%
MUITO	0	0,0%
POUCO	36	75,0%
NADA	8	16,6%
NÃO SABIA DO MEI	4	8,3%
TOTAL	48	100,0%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico 18: Em relação os direitos e deveres do MEI, quanto você conhece?



Fonte: Dados do Pesquisador

Quanto ao conhecimento dos direito e deveres 75% dos entrevistados responderam que conhecem pouco, 16,6% reponderam que desconhecem a legislação e os deveres. Para 8,3% desconheciam a existência da Lei do MEI.

3.2.16 Que você faria com R\$ 15.000,00?

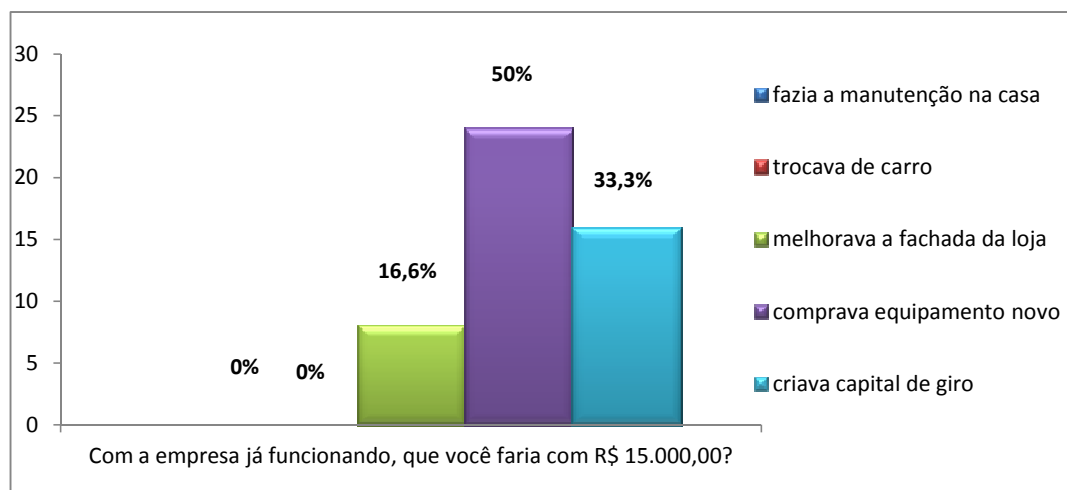
O objetivo deste questionamento foi compreender o quanto estavam focado no negócio.

Tabela 18: Com o negócio em funcionamento que você faria com R\$ 15.000,00?

ITENS	FREQUÊNCIA	%
FAZIA MANUTENÇÃO NA CASA	0	0,00%
TROCAVA DE CARRO	0	0,00%
MELHORAVA A FACHADA DA LOJA	8	16,60%
COMPRAVA EQUIPAMENTO NOVO	24	50,00%
CRIAVA CAPITAL DE GIRO	16	33,30%
TOTAL	48	100,00%

Fonte: Dados do Pesquisador

Gráfico19: Com o negócio em funcionamento que você faria com R\$ 15.000,00?



Fonte: Dados do Pesquisador

A pesquisa mostrou que questionados o que fariam com R\$ 15.000,00 em mãos 50% respondeu que investiria em equipamentos novos, outros 33% formariam fundo de capital e 16,6% reformavam a empresa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as informações obtidas a través das respostas coletadas junto as pessoas que estão envolvidas no processo querendo de certa forma criarem um espaço para os seus negócios, percebeu-se que 91,7% delas, sabem que existe uma modalidade de empresa que encaixa com a estrutura delas e estão buscando informações para usufruir desta oportunidade, porém mesmo com o apelo da mídia diariamente informando das facilidade oferecidas ao MEI, ainda tem gente que não sabe disso, mas este desconhecimento é algo natural das pessoas que querem abrir uma empresa sem conhecimento de causa, estão fadadas a engrossar a lista de mortalidade prematura de empresas.

A maioria dos pretendentes a MEI é do sexo masculino, é casado, tem o ensino superior incompleto, vai desenvolver a atividade de comércio em local fixo e estava empregado na empresa privada, já estava trabalhando por conta própria a mais de um ano, em geral tem mais de 6 (seis) anos de experiência na atividade e está na mesmo ramo que exercia quando estava empregado com carteira assinada.

A renda familiar dos entrevistados gira em torno de R\$ 3.000,00 (três mil reais) irá investir no negócio buscando recursos nos bancos. Quanto a contratação de funcionário, 58,3% deles dizem que não iram contratar empregados e a outra parte relata que sim, vai registrar um funcionário. Destes, grande parte vai investir em equipamentos novos, outros irão formar capital de giro.

Por outro lado percebe-se que o crescimento do empreendedor no Brasil é de uma forma menos organizada do que em países mais desenvolvidos, o empreendedorismo brasileiro é um fato incontestável, com expressivo papel na economia, e que têm direito a estudos mais aprofundados. O desafio do empreendedorismo demanda perseverança, entusiasmo e paixão pelo que se propôs a fazer. Mesmo com o MEI sendo bastante divulgado e com as mudanças que estão ocorrendo pra ajustar á realidade do mercado no país, é preciso que seja desenvolvido curso de capacitação voltado ao Micro Empreendedor para que ele possa usufruir dos privilégios oferecidos pela Lei.

Ao realizarmos a pesquisa com as pessoas que estão formalizando a sua empresa MEI constatou-se que muito delas estão desorientadas em relação a real condição de empresa. Normalmente os pequenos empreendedores se acomodam e não tomam decisões concretas para que o negócio venha fazer a diferença na suas vidas.

Vale destacar que todos os entrevistados asseguraram desejarem que suas empresas tenham sucesso, mas para isso deverão intensificar o interesse para que isso efetivamente aconteça. Claro é uma conclusão generalizada. Tem empreendedores que demonstram estarem convicto da situação e querem que suas empresas cresçam, para isso estão investindo em seus objetivos procurando melhorar atendimento.

REFERÊNCIAS

ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL COAD LTDA. Curso prático IRPJ 2011.

Rio de Janeiro

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. . História do tributo no Brasil.

Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. 198 p.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld; D AVILA, Júlia Galarza. . O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro , v.13, n.2 , p.173-199, ago. 2009.

BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2003. 314 p.

BIRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel F. Dominando os desafios do empreendedor.

São Paulo: Makron Books, 2001. 334 p

BITTENCOURT, Sidney. Comentários ao SIMPLES: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: imposto único para as micro e pequenas empresas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997. 150 p

CAPELLA, Juan Ramón. Fruto proibido: uma aproximação histórica-teórica ao estudo do Direito e do Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. 288 p.

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor : empreendedorismo e viabilização de novas empresas : um guia compreensivo para iniciar e tocar seu próprio neg. São Paulo: Saraiva, 2005. 278 p.

DEGEN, Ronald Jean. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 440 p.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001. 299 p.

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

FEDERIGHI, Wanderley Jose. Direito tributário; SP atlas 2000

FURTADO, Celso. O Brasil pós-"milagre". 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 152 p.

MACHADO, Hugo de Brito. Comentários ao código tributário Nacional. 2003

SALIM, Cesar Simões. Administração empreendedora: teoria e prática usando estudos de casos. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 226 p.

SANTOS, Jose Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. . Avaliação de empresas: foco nos métodos relativos e na precificação de opções, teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006. 125 p

SCHUMPETER, A. Joseph. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril, Cultural, 1982.

SOTO, Hernando de. Economia subterrânea uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987. 347 p.

Ruesca , Jesus (org.). História geral SP sivadi [20__] 475 p

REVISTA DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA. Rio de Janeiro: UFRJ

BRASIL. Presidência da República. Lei complementar n° 128, de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm>. Acessado em: 16 nov. 2012.

IBGE. Brasil tem mais de 10 milhões de Empresas na informalidade. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=366&id_pagina=1>. Acessado em: 08 març2012.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Economia Informal Urbana. IBGE. Brasília. 2003. Disponível <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf>>. Acessado em 15 abril 2012.

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Portal do empreendedor: Empreendedor Individual. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/beneficios/>>. Acessado em: 23 janeiro 2012.

SERPRO/Receita Federal/UPP - SEBRAE NACIONAL (Brasil). Número de Empreendedores Individuais cadastrados até 01/08/2010 nos Estados. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/lei-geral/empreendedor-individual/estatisticas-do-einos-estados/empreendedor-individual-cadastrados-ate-15-05-2010>>. Acessado em: 23 janeiro. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm>. Acessado em: 16 fev. 2012.

BRASIL, Lei Complementar N° 123, 14 de dezembro de 2006. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm Acessado em 10 de novembro de 2012

<http://www.jucesc.sc.gov.br/arq/download/faq> Acessado em 03 fev. 2012

http://www.sindmeijur.org.br/palavra_do_presidente.html) Acesso em 03 jun 2012

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/907395-brasil-supera-paises-do-g-20-em-empreendedorismo-aponta-sebrae.shtml> Acessado em 04 jun 2012

<http://books.google.com.br/books?id=QK9wQNNofeQC&pg=PA53&dq=misabel&hl=pt-BR&sa=X&ei=5lXWT--nNMKk8QOCz8C2Aw&ved=0CD4Q6AEwAQ#v=onepage&q=misabel&f> Acessado em 04 abril 2012

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-06-28/economia-subterranea-movimentou-r-6634-bilhoes-no-brasil-no-ano-passado-segundo-fgv> Acesso em 20 abril 2012

http://pequenosnegociosefinancas.blogspot.com/2010_07_01_archive.html Acesso 10 maio 2012

APÊNDICES

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC**CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS****QUESTIONÁRIO APLICADO PARA COLETA DE DADOS DA PESQUISA**

1 – Sexo?

() Masculino () Feminino

2 - Idade?

() 18 a 25 anos, () 26 a 33 anos, () 34 a 40 anos, () 41 a 48 anos,
() 49 a 56 anos, () 57 a 64 anos, () Mais de 65 anos.

3 – Estado civil?

() Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo () Outros.

4 - Qual o grau de instrução?

() Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo
() Ensino médio incompleto () Ensino médio completo
() Ensino superior incompleto () Ensino superior completo

5 - Das opções abaixo, qual a que melhor define o seu trabalho atual?

() Empregado(a) da empresa privada, () Outro
() Funcionário(a) público(a)
() Profissional liberal, () Autônomo (informal)

6 – Quanto tempo exerceu a atividade na informalidade?

() 1 ano, () 2 anos, () 3 anos, () 4 anos, () + de 5 anos.

7 - *Quanto tempo tem de experiência na atividade que exerce?*

() 1 ano, () 2 anos, () 3 anos, () 5 anos, () Mais de 6 anos

8 - Atividade que exercerá como MEI é a mesma que exerce atualmente?

() Sim, () Não.

9 - Qual será a forma de atuação?

- ☐ Em local fixo, ☐ Em local fixo fora da loja, ☐ Internet, ☐ Correio
☐ Postos móveis, ☐ Televenda, ☐ Máquinas automáticas.

10 - Qual ramo de negócios você pretende desenvolver ou já desenvolve?

- ☐ Comercio, ☐ Serviço, ☐ Industria

11 – Renda familiar, em qual das faixas abaixo se enquadra a soma total renda da sua casa?

- ☐ Até R\$ 860,00, ☐ De R\$ 861,00 a R\$ 1.240,00,
☐ De R\$ 1.241,00 a R\$ 2.000,00, ☐ De R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00,
☐ De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00, ☐ Acima de R\$ 5.000,00.

12 - Você pretende investir no negócio?

- ☐ sim, ☐ não.

13 - Se a questão nº12 for sim, qual a origem do recurso? Se for não, não responder.

- ☐ Recurso próprio ☐ Recurso de banco ☐ Outros

14 - Você pretende registrado um funcionário?

- ☐ Sim ☐ Não

15 - Em relação aos direitos e deveres do MEI, quanto você conhece?

- ☐ Muito, ☐ Pouco, ☐ Nada, ☐ Não sabia do MEI.

16 - Com o negócio em funcionamento, o que você faria com R\$ 15.000,00?

- ☐ Fazia a manutenção na casa,.
☐ Trocava de carro,
☐ Melhorava a fachada loja,
☐ Comprava equipamento novo,
☐ Criava capital de giro.